

## CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.

CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais mil)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022			31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
<b>Circulante</b>							<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.651	16.012	27.423	12.130	32.057	Fornecedores	8.903	5.795	6.807	26.151	20.925	20.401		
Contas a receber	8	17.347	13.616	19.352	57.313	40.825	Obrigações trabalhistas e sociais	7.032	7.362	4.816	12.597	14.704	12.853		
Estoques	9	1.528	2.188	2.757	4.654	5.134	Emprestimos, financiamentos e debêntures	113.326	147.918	49.570	114.914	150.465	52.107		
Adiantamentos		1.759	332	781	2.000	476	Passivo de arrendamentos	5.342	5.208	4.014	12.514	11.937	9.977		
Tributos a recuperar	10	4.160	2.793	2.592	5.668	3.943	Tributos a recolher	1.629	1.632	1.523	4.718	4.586	4.102		
Outros valores a receber		767	257	232	5.554	1.218	IRPJ e contribuição social a recolher	-	-	-	568	612	388		
<b>Total do circulante</b>		<b>30.212</b>	<b>35.198</b>	<b>53.137</b>	<b>87.319</b>	<b>83.653</b>	<b>95.987</b>	Parcelamentos de tributos	423	548	468	1.796	2.466	2.748	
<b>Não circulante</b>							<b>Não circulante</b>								
Realizável a longo prazo							Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.383	43.971	9.188	1.383	43.981	15.087		
Tributos diferidos	23	10.360	10.360	4.523	10.360	10.360	Outras contas a pagar	1.220	1.388	5.702	6.885	2.684	6.778		
Depósitos judiciais	19	1.574	1.496	1.364	5.833	4.031	<b>Total do circulante</b>	<b>139.258</b>	<b>213.822</b>	<b>82.088</b>	<b>181.526</b>	<b>252.360</b>	<b>124.441</b>		
Ativo indenizatório	20a	13.990	16.202	2.162	14.194	16.201	<b>Não circulante</b>								
Ativos relacionadas	22e	2.340	6.485	5.320	556	427	Emprestimos, financiamentos e debêntures	119.297	60.125	113.726	119.297	61.841	118.974		
Outros créditos							Parcelamentos de tributos	30.323	20.826	20.988	49.060	38.041	39.258		
Investimentos	11	352.729	347.859	344.412	-	-	Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	307	649	960	2.690	4.405	7.960		
Imobilizado	12	10.607	10.530	11.130	53.220	60.909	22e	32.548	19.154	7.761	-	-	-		
Direito de uso	13	29.834	20.081	20.351	51.422	38.638	Compromissos a pagar por aquisições de empresa	-	1.222	35.387	-	1.222	36.191		
Intangível	14	20.318	11.260	11.519	338.045	343.907	Outras contas a pagar	-	-	-	14	70	92		
<b>Total do não circulante</b>		<b>413.488</b>	<b>389.730</b>	<b>387.412</b>	<b>442.687</b>	<b>443.454</b>	<b>Total do não circulante</b>	<b>184.853</b>	<b>106.328</b>	<b>180.975</b>	<b>187.509</b>	<b>125.974</b>	<b>217.804</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>471.964</b>	<b>459.471</b>	<b>453.918</b>	<b>560.949</b>	<b>558.126</b>	<b>Patrimônio líquido</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	24	83.927	95.277	306.082	322.209
Custo dos serviços prestados	25	(74.861)	(81.341)	(236.823)	(251.849)
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.066</b>	<b>13.936</b>	<b>69.259</b>	<b>70.360</b>
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Despesas comerciais		(2.116)	(1.584)	(4.572)	(4.617)
Despesas gerais e administrativas	26	(34.393)	(35.973)	(64.741)	(55.791)
Resultado de equivalência patrimonial	11	17.140	15.873	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		(10.275)	(14.016)	(8.658)	(14.291)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos</b>		<b>(20.578)</b>	<b>(21.764)</b>	<b>(8.712)</b>	<b>(4.339)</b>
Receita financeira	27	672	1.124	976	3.873
Despesa financeira	27	(44.259)	(46.573)	(48.679)	(46.463)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(43.587)</b>	<b>(45.449)</b>	<b>(47.703)</b>	<b>(42.590)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(64.165)</b>	<b>(57.213)</b>	<b>(56.415)</b>	<b>(46.929)</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23	-	-	(6.559)	(8.643)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23	-	5.836	-	5.836
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(64.165)</b>	<b>(51.377)</b>	<b>(62.974)</b>	<b>(49.736)</b>
Resultado líquido atribuído a:					
Participação do acionista controlador		-	-	(64.165)	(51.377)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.191	1.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações de Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(64.165)</b>	<b>(51.377)</b>	<b>(62.974)</b>	<b>(49.736)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(64.165)</b>	<b>(51.377)</b>	<b>(62.974)</b>	<b>(49.736)</b>
Resultado abrangente atribuído a:					
Acionista controlador		-	-	(64.165)	(51.377)
Participações não controladoras		-	-	1.191	1.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>		<b>234.229</b>	<b>-</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(37.325)</b>
Resultado do exercício		-	-	(51.377)	(51.377)
Outras transações		-	-	(157)	(157)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)</b>		<b>234.229</b>	<b>-</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(88.859)</b>
Resultado do exercício		-	-	(64.165)	(64.165)
Adiantamento para futuro aumento de capital	21b	72.697	-	-	72.697
Outras transações		-	-	-	2.399
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>234.229</b>	<b>72.697</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(153.024)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em Reais mil)

**1. Contexto operacional** – O Cura – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. (“Companhia” ou “Cura”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como atual controlador final, Vinci Capital Partners III B Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Vinci”). A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e análises laboratoriais, realização de serviços administrativos e acessórios e participação em outras sociedades, civis e comerciais, como acionista ou quotista, no Brasil. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 25 unidades de atendimento. Conforme demonstrado nas demonstrações financeiras consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 94.207 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 168.707 em 31 de dezembro de 2022), principalmente em virtude de valores a pagar referentes a empréstimos e debêntures no montante de R\$ 114.914 e compromissos a pagar por aquisição de empresas no montante de R\$ 1.383 (R\$ 150.465 e R\$ 43.981 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente). Nas demonstrações financeiras da controladora, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 109.046 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 178.624 em 31 de dezembro de 2022), principalmente em virtude de valores a pagar referentes a empréstimos e debêntures no montante de R\$ 113.326 e compromissos a pagar por aquisição de empresas no montante de R\$ 1.383 (R\$ 147.918 e R\$ 43.971 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente). A Companhia conta com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar as obrigações de curto prazo. Ademais, a Administração tem rolando suas dívidas, melhorando suas condições de prazo e taxa.

### 2. Resumo das participações societárias da Companhia

Controladas diretas	%	31/12/2023		31/12/2022	
		Participação	Período consolidado	Participação	Período consolidado
<b>Grupo Cura</b>					
Mérya Participações S.A. (“Mérya”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Medvia Diagnóstico Ltda. (“Medvia”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Labmed Laboratório Médico de Londrina Ltda. (“Labmed”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
C.M.D. – Centro Médico de Diagnóstico Ltda. (“CMD”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Unidade de Medicina Nuclear de Londrina Eireli (“UMN”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Masto-Centro Centro de Diagnóstico de Doenças da Mama S/S Ltda. (“Masto”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Denso Unidade de Diagnóstico Ltda. (“Denso”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	

### Controladas indiretas

Grupo Mérya e Medvia (nota 3a)	%	31/12/2023		31/12/2022	
		Participação	Período consolidado	Participação	Período consolidado
<b>Grupo Mérya e Medvia</b>					
Serviço de Radiologia DMI Curitiba Ltda. (“DMI”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Takeda & Fernandes Ltda. (“Takeda”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Ultradem – Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda. (“Ultradem”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Sonitex – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“Sonitex”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
CDIPSUL – Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda. (“Cdiip”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Radiodiagnóstico São José Ltda. (“Radio SJ”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Clínica Hospitalar de Imagem São José Ltda. (“Clínica SJ”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. (“SRC”) (*)	0%	Exercício de 2023	80%	Exercício de 2022	
Ultradem – Unidade Bela Suíça Ltda	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
DMI – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“DMI São José”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	
Labimagem Serviços de Radiodiagnóstico Ltda. (“Labimagem”)	100%	Exercício de 2023	100%	Exercício de 2022	

(\*) Em 30 de outubro de 2023, a Mérya alienou a controladora, deixando a SRC de fazer parte do Cura Grupo (Nota 3 (b)).

**3. Alterações societárias no exercício corrente e comparativo – a) Alienação SRC:** Conforme previsto no contrato de aquisição da SRC datado de 05 de junho de 2017, a acionista detentora dos 20% do capital social da SRC, exerceu em 03 de outubro de 2023, a opção de venda das ações da referida empresa. Com o exercício da opção de venda, a controladora Mérya adquiriu os 20% remanescentes do capital da SRC, pelo montante total de R\$ 200, passando a ser detentora de 100% do capital da investida. Em 30 de outubro de 2023 a controladora Mérya alienou 100% das quotas do capital da SRC, pelo valor total de R\$ 4.000. **4. Base de preparação – 4.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de maio de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais mil, uma vez que o Real é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. **4.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **4.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que podem impactar significativamente nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 9** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média de perda; **Nota explicativa nº 6.2, 9 e 25** – reconhecimento e mensuração das deduções da receita por glosas; principais premissas na determinação da taxa média de perda; **Nota Explicativa nº 3a** – Combinação de negócios: valor justo da contraparte transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; **Nota Explicativa nº 13 e 15** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, ágio e imobilizado por expectativa de rentabilidade futura; **Nota Explicativa nº 20** – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital social		234.229	234.229	234.229	234.229
Adiantamento para futuro aumento de capital	21b	72.697	-	72.697	-
Transação de capital		(6.049)	(6.049)	(6.049)	(6.049)
Prejuízos acumulados	(153.024)	(88.859)	(37.325)	(153.024)	(88.859)
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas</b>		<b>147.853</b>	<b>139.321</b>	<b>190.855</b>	<b>139.321</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.061</b>	<b>40.360</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>147.853</b>	<b>139.321</b>	<b>190.855</b>	<b>179.792</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>471.964</b>	<b>459.471</b>	<b>453.918</b>	<b>560.949</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado antes de imposto de renda e contribuição social</b>					
Ajuste por:					
Depreciação e amortização	12b/13a/14b	20.010	19.914	36.555	35.916
Juros sobre passivos de arrendamento	13b	2.205	3.747	4.791	9.350
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	16c	36.052	25.498	36.042	27.616
Atualização monetária dos compromissos a pagar	20	2.510	4.705	2.510	

... continuação

### CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.

passivos entre as empresas consolidadas; (c) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas; (e) Apresentação no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado dos saldos atribuídos aos acionistas não controladores. (iii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as empresas que fazem parte das demonstrações consolidadas e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre essas empresas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas e controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (iv) **Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. **6.2. Receita operacional:** A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente a NBC TG 47/o CPC 47 em 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na Nota Explicativa nº 25. As receitas de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **6.3. Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o princípio contábil da competência. **6.4. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem basicamente receita de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos sobre o montante do principal em aberto. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos bancários, financiamentos e debêntures, juros sobre passivos de arrendamento e juros sobre compromissos a pagar por aquisições de empresa. Também integram esse saldo as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros sobre parcelamento de impostos. **6.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e a contribuição social das empresas com tributação pelo lucro presumido são calculados à aplicação do percentual de 32% para imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços. Sobre a base de cálculo, os impostos foram calculados por meio da aplicação de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A tabela abaixo demonstra a forma de tributação por empresa.

	31/12/2023	31/12/2022
Cura	Lucro Real	Lucro Real
Méria	Lucro Real	Lucro Real
Medvia	Lucro Presumido	Lucro Real
DMI	Lucro Real	Lucro Real
Takeda	Lucro Presumido	Lucro Real
Ultramed	Lucro Presumido	Lucro Real
Sonitec	Lucro Real	Lucro Real
Cdip	Lucro Presumido	Lucro Real
Radio SJ	Lucro Presumido	Lucro Real
Clinica SJ	Lucro Presumido	Lucro Real
SRC	Lucro Presumido	Lucro Real
Emedi	Lucro Presumido	Lucro Real
DMI São José	Lucro Presumido	Lucro Real
Labimagem	Lucro Presumido	Lucro Real
Labmed	Lucro Presumido	Lucro Real
CMD	Lucro Presumido	Lucro Presumido
UMN	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Masto	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Denso	Lucro Presumido	Lucro Presumido

**a. Despesas sobre imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa sobre imposto corrente refere-se a imposto a pagar ou compensar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas informadas pelo Fisco. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como receita ou despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6. Estoques:** Correspondem aos itens de materiais, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados nos atendimentos laboratoriais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **6.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia e suas controladas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

	Anos
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **6.8. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (ii) **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (iii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iv) **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2023
Software	5 anos
Carteira de clientes	12 a 14 anos
Marcas	30 anos
Cláusula de não competição	3 a 5 anos

**6.9. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Dessa forma, a Companhia e suas controladas mantêm os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para ação avaliada com risco de perda provável registrada no passivo não circulante. **6.10. Instrumentos financeiros: a. Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Com-

panhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente: (i) Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza. **6.11. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs

### a) Balanço Patrimonial – Controladora

	Originalmente apresentado 31/12/2022	Ajustes	Reapresentado 31/12/2022	Originalmente apresentado 01/01/2022	Ajustes	Reapresentado 01/01/2022
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16.012	–	16.012	27.423	–	27.423
Contas a receber	25.400	(11.784)	13.616	30.477	(11.125)	19.352
Estoques	2.188	–	2.188	2.757	–	2.757
Adiantamentos	332	–	332	781	–	781
Tributos a recuperar	2.793	–	2.793	2.592	–	2.592
Outros valores a receber	257	–	257	232	–	232
<b>Total do circulante</b>	<b>46.982</b>	<b>(11.784)</b>	<b>35.198</b>	<b>64.262</b>	<b>(11.125)</b>	<b>53.137</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Tributos diferidos	10.360	–	10.360	4.523	–	4.523
Depósitos judiciais	1.496	–	1.496	1.364	–	1.364
Ativo indenizatório	16.202	–	16.202	2.162	–	2.162
Partes relacionadas	6.485	–	6.485	5.320	–	5.320
	<b>34.543</b>	–	<b>34.543</b>	<b>13.369</b>	–	<b>13.369</b>
Investimentos	358.193	(10.334)	347.859	354.169	(9.757)	344.412
Imobilizado	10.530	–	10.530	11.130	–	11.130
Direito de uso	20.081	–	20.081	20.351	–	20.351
Intangível	11.260	–	11.260	11.519	–	11.519
	<b>400.064</b>	<b>(10.334)</b>	<b>389.730</b>	<b>397.169</b>	<b>(9.757)</b>	<b>387.412</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>434.607</b>	<b>(10.334)</b>	<b>424.273</b>	<b>410.800</b>	<b>(9.757)</b>	<b>400.781</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>481.589</b>	<b>(22.118)</b>	<b>459.471</b>	<b>474.800</b>	<b>(20.882)</b>	<b>453.918</b>

	Originalmente apresentado 31/12/2022	Ajustes	Reapresentado 31/12/2022	Originalmente apresentado 01/01/2022	Ajustes	Reapresentado 01/01/2022
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	5.795	–	5.795	6.807	–	6.807
Obrigações trabalhistas e sociais	7.362	–	7.362	4.816	–	4.816
Empréstimos, financiamentos e debêntures	147.918	–	147.918	49.570	–	49.570
Passivo de arrendamentos	5.208	–	5.208	4.014	–	4.014
Tributos a recolher	1.632	–	1.632	1.523	–	1.523
Parcelamentos de tributos	548	–	548	468	–	468
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	43.971	–	43.971	9.188	–	9.188
Outras contas a pagar	1.388	–	1.388	5.702	–	5.702
<b>Total do circulante</b>	<b>213.822</b>	–	<b>213.822</b>	<b>82.088</b>	–	<b>82.088</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.125	–	60.125	113.726	–	113.726
Passivo de arrendamentos	20.826	–	20.826	20.988	–	20.988
Parcelamentos de tributos	649	–	649	960	–	960
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	4.352	–	4.352	2.153	–	2.153
Partes relacionadas	19.154	–	19.154	7.761	–	7.761
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.222	–	1.222	35.387	–	35.387
<b>Total do não circulante</b>	<b>106.328</b>	–	<b>106.328</b>	<b>180.975</b>	–	<b>180.975</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	234.229	–	234.229	234.229	–	234.229
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–
Transação de capital	(6.049)	–	(6.049)	(6.049)	–	(6.049)
Prejuízos acumulados	(66.741)	(22.118)	(88.859)	(16.443)	(20.882)	(37.325)
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas</b>	<b>161.439</b>	<b>(22.118)</b>	<b>139.321</b>	<b>211.737</b>	<b>(20.882)</b>	<b>190.855</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>						
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>161.439</b>	<b>(22.118)</b>	<b>139.321</b>	<b>211.737</b>	<b>(20.882)</b>	<b>190.855</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>481.589</b>	<b>(22.118)</b>	<b>459.471</b>	<b>474.800</b>	<b>(20.882)</b>	<b>453.918</b>

	Originalmente apresentado 31/12/2022	Ajustes	Reapresentado 31/12/2022	Originalmente apresentado 01/01/2022	Ajustes	Reapresentado 01/01/2022
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	32.057	–	32.057	45.773	–	45.773
Contas a receber	64.073	(23.248)	40.825	58.660	(21.948)	36.712
Estoques	5.134	–	5.134	5.424	–	5.424
Adiantamentos	476	–	476	951	–	951
Tributos a recuperar	3.943	–	3.943	4.276	–	4.276
Outros valores a receber	1.218	–	1.218	2.851	–	2.851
<b>Total do circulante</b>	<b>106.901</b>	<b>(23.248)</b>	<b>83.653</b>	<b>117.935</b>	<b>(21.948)</b>	<b>95.987</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Tributos diferidos	10.360	–	10.360	4.523	–	4.523
Depósitos judiciais	4.031	–	4.031	3.913	–	3.913
Ativo indenizatório	16.201	–	16.201	2.187	–	2.187
Partes relacionadas	427	–	427	168	–	168
Outros créditos	–	–	–	338	–	338
	<b>31.019</b>	–	<b>31.019</b>	<b>11.129</b>	–	<b>11.129</b>
Imobilizado	60.909	–	60.909	64.977	–	64.977
Direito de uso	38.638	–	38.638	41.638	–	41.638
Intangível	343.907	–	343.907	359.729	–	359.729
	<b>443.454</b>	–	<b>443.454</b>	<b>466.344</b>	–	<b>466.344</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>474.473</b>	–	<b>474.473</b>	<b>477.473</b>	–	<b>477.473</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>581.374</b>	<b>(23.248)</b>	<b>558.126</b>	<b>595.408</b>	<b>(21.948)</b>	<b>573.460</b>

	Originalmente apresentado 31/12/2022	Ajustes	Reapresentado 31/12/2022	Originalmente apresentado 01/01/2022	Ajustes	Reapresentado 01/01/2022
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	20.925	–	20.925	20.401	–	20.401
Obrigações trabalhistas e sociais	14.704	–	14.704	12.853	–	12.853
Empréstimos, financiamentos e debêntures	150.465	–	150.465	52.107	–	52.107
Passivo de arrendamentos	11.937	–	11.937	9.977	–	9.977
Tributos a recolher	4.586	–	4.586	4.102	–	4.102
Imposto de renda e contribuição social a recolher	612	–	612	388	–	388
Parcelamentos de tributos	2.466	–	2.466	2.748	–	2.748
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	43.981	–	43.981	15.087	–	15.087
Outras contas a pagar	2.684	–	2.684	6.778	–	6.778
<b>Total do circulante</b>	<b>252.360</b>	–	<b>252.360</b>	<b>124.441</b>	–	<b>124.441</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	61.841	–	61.841	118.974	–	118.974
Passivo de arrendamentos	38.041	–	38.041	39.258	–	39.258

... continuação

**CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.**

	Originalmente apresentado		Reapresentado		Originalmente apresentado		Reapresentado		Consolidado	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	31/12/2022	01/01/2022	Ajustes	01/01/2022	01/01/2022		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	20.395	-	20.395	-	15.329	-	15.329	-	175.315	(125.615)	49.700	55.451	
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.222	-	1.222	-	36.191	-	36.191	-	13.957	(4.871)	9.086	7.547	
Outras contas a pagar	70	-	70	-	92	-	92	-	4.790	(2.667)	2.123	1.979	
<b>Total do não circulante</b>	<b>125.974</b>	<b>-</b>	<b>125.974</b>	<b>-</b>	<b>217.804</b>	<b>-</b>	<b>217.804</b>	<b>-</b>	<b>194.062</b>	<b>(133.153)</b>	<b>60.909</b>	<b>64.977</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>													
Capital social	234.229	-	234.229	-	234.229	-	234.229	-					
Transação de capital	(6.049)	-	(6.049)	-	(6.049)	-	(6.049)	-					
Prejuízos acumulados	(66.741)	(22.118)	(88.859)	(16.443)	(20.882)	(20.882)	(37.325)						
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas</b>	<b>161.439</b>	<b>(22.118)</b>	<b>139.321</b>	<b>(20.882)</b>	<b>190.855</b>	<b>(20.882)</b>	<b>169.973</b>						
Participação dos acionistas não controladores	41.601	(1.130)	40.471	(1.066)	40.360	(1.066)	39.294						
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>203.040</b>	<b>(23.248)</b>	<b>179.792</b>	<b>(21.948)</b>	<b>231.215</b>	<b>(21.948)</b>	<b>209.267</b>						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>581.374</b>	<b>(23.248)</b>	<b>558.126</b>	<b>(21.948)</b>	<b>595.408</b>	<b>(21.948)</b>	<b>573.460</b>						
<b>b) Demonstração do resultado</b>													
<b>Controladora</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Receita líquida	95.277	-	95.277	29.380	21.449	72.917	53.121						
Custo dos serviços prestados	(81.341)	-	(81.341)	1.388	813	4.745	3.949						
<b>Lucro bruto</b>	<b>13.936</b>	<b>-</b>	<b>13.936</b>	<b>30.771</b>	<b>22.262</b>	<b>77.847</b>	<b>57.206</b>						
Outras (despesas) receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-						
Despesas comerciais	(1.584)	-	(1.584)	-	-	-	-						
Despesas gerais e administrativas	(35.973)	-	(35.973)	(9.988)	(7.663)	(15.011)	(14.311)						
Resultado de equivalência patrimonial	16.450	(577)	15.873	-	-	-	-						
Outras receitas/(despesas) operacionais	(13.357)	(659)	(14.016)	(3.436)	(983)	(5.523)	(2.070)						
	(34.464)	(1.236)	(35.700)	17.347	13.616	57.313	40.825						
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos</b>	<b>(20.528)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(21.764)</b>										
Receita financeira	1.124	-	1.124	-	-	-	-						
Despesa financeira	(36.573)	-	(36.573)	-	-	-	-						
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(35.449)</b>	<b>-</b>	<b>(35.449)</b>										
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(55.977)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(57.213)</b>										
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	-	-	-	-	-						
Imposto de renda e contribuição social – diferido	5.836	-	5.836	-	-	-	-						
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(50.141)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(51.377)</b>										
<b>Consolidado</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Receita líquida	322.209	-	322.209	11.799	(2.576)	9.223	9.223						
Custo dos serviços prestados	(251.849)	-	(251.849)	7.220	(526)	6.694	6.694						
<b>Lucro bruto</b>	<b>70.360</b>	<b>-</b>	<b>70.360</b>	<b>4.579</b>	<b>(1.050)</b>	<b>2.529</b>	<b>2.529</b>						
Outras (despesas) receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-						
Despesas comerciais	(4.617)	-	(4.617)	348	(15)	333	333						
Despesas gerais e administrativas	(55.791)	-	(55.791)	9.987	(10.167)	(180)	(180)						
Outras receitas/(despesas) operacionais	(12.991)	(1.300)	(14.291)	30.771	(13.424)	17.347	17.347						
	(73.399)	(1.300)	(74.699)										
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos</b>	<b>(3.039)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(4.339)</b>										
Receita financeira	3.873	-	3.873	-	-	-	-						
Despesa financeira	(46.463)	-	(46.463)	-	-	-	-						
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(42.590)</b>	<b>-</b>	<b>(42.590)</b>										
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(45.629)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(46.929)</b>										
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.643)	-	(8.643)	-	-	-	-						
Imposto de renda e contribuição social – diferido	5.836	-	5.836	-	-	-	-						
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(48.436)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(49.736)</b>										
Resultado líquido atribuído a:													
Participação do acionista controlador	(50.141)	(1.236)	(51.377)										
Participação dos acionistas não controladores	1.705	(64)	1.641										
<b>c) Demonstração do resultado abrangente</b>													
<b>Controladora</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Resultado do exercício	(50.141)	(1.236)	(51.377)										
Itens que não serão reclassificados para o resultado													
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-						
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(50.141)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(51.377)</b>										
<b>Consolidado</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Resultado do exercício	(48.436)	(1.300)	(49.736)										
Itens que não serão reclassificados para o resultado													
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-						
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(48.436)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(49.736)</b>										
<b>d) Demonstração da mutação do patrimônio líquido</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Originalmente apresentado)	234.229	(6.049)	(66.741)	161.439	41.601	203.040	203.040						
Ajustes	-	-	(22.118)	(22.118)	(1.130)	(23.248)	(23.248)						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)</b>	<b>234.229</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(88.859)</b>	<b>139.321</b>	<b>40.471</b>	<b>179.792</b>	<b>179.792</b>						
<b>e) Demonstração do fluxo de caixa</b>													
<b>Controladora</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
<b>Fluxo de caixa da atividades operacionais</b>													
<b>Resultado antes de imposto de renda e contribuição social</b>													
Ajuste por:													
Resultado de equivalência patrimonial	(16.450)	577	(15.873)	-	-	-	-						
(Prejuízo) Lucro ajustado	(4.848)	(659)	(5.507)	-	-	-	-						
(Aumento) redução das contas do ativo	-	-	-	-	-	-	-						
Contas a receber	(2.828)	659	(2.169)	-	-	-	-						
Contas a pagar	(7.924)	659	(7.265)	-	-	-	-						
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(12.772)</b>	<b>-</b>	<b>(12.772)</b>										
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais</b>	<b>(12.772)</b>	<b>-</b>	<b>(12.772)</b>										
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos</b>	<b>(19.940)</b>	<b>-</b>	<b>(19.940)</b>										
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>21.301</b>	<b>-</b>	<b>21.301</b>										
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11.411)</b>	<b>-</b>	<b>(11.411)</b>										
Caixa e equivalentes do início do exercício	27.423	-	27.423	-	-	-	-						
Caixa e equivalentes do final do exercício	16.012	-	16.012	-	-	-	-						
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11.411)</b>	<b>-</b>	<b>(11.411)</b>										
<b>Consolidado</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
<b>Fluxo de caixa da atividades operacionais</b>													
<b>Resultado antes de imposto de renda e contribuição social</b>													
Ajuste por:													
Resultado de equivalência patrimonial	(16.450)	577	(15.873)	-	-	-	-						
(Prejuízo) Lucro ajustado	(4.848)	(659)	(5.507)	-	-	-	-						
(Aumento) redução das contas do ativo	-	-	-	-	-	-	-						
Contas a receber	(16.435)	1.300	(15.135)	-	-	-	-						
Contas a pagar	(23.144)	1.300	(21.844)	-	-	-	-						
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>20.534</b>	<b>-</b>	<b>20.534</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>													
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos</b>	<b>(32.263)</b>	<b>-</b>	<b>(32.263)</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>													
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(1.987)</b>	<b>-</b>	<b>(1.987)</b>										
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.716)</b>	<b>-</b>	<b>(13.716)</b>										
Caixa e equivalentes do início do exercício	45.773	-	45.773	-	-	-	-						
Caixa e equivalentes do final do exercício	32.057	-	32.057	-	-	-	-						
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.716)</b>	<b>-</b>	<b>(13.716)</b>										
<b>8. Caixa e equivalentes de caixa</b>													
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Controladora		Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Caixas e bancos	1.129	1.392	6.020	12.627	12.627	12.627	12.627						
Aplicações financeiras	3.522	14.620	6.110	19.430	19.430	19.430	19.430						
	4.651	16.012	12.130	32.057	32.057	32.057	32.057						
As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa com liquidez imediata, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento médio de 100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.													

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)







## Refuá Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.638.051/0001-04

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais mil)										
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado						
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022			
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	8	5	68	7	12.136	32.125	45.780			
Contas a receber	9	-	-	-	57.313	40.825	36.712			
Estoques	10	-	-	-	4.654	5.134	5.424			
Adiantamentos	-	-	-	-	2.000	476	951			
Tributos a recuperar	11	-	-	-	5.668	3.943	4.276			
Outros valores a receber	-	25	22	28	5.580	1.241	2.880			
<b>Total do circulante</b>		<b>30</b>	<b>90</b>	<b>35</b>	<b>87.351</b>	<b>83.744</b>	<b>96.023</b>			
<b>Não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Tributos diferidos	24	597	597	517	10.956	10.956	5.115			
Depósitos judiciais	20	-	-	-	5.833	4.031	3.913			
Ativo indenizatório	21a	-	-	-	14.194	16.201	-			
Partes relacionadas	23e	942	392	-	-	-	-			
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	2.525			
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.539</b>	<b>989</b>	<b>517</b>	<b>30.983</b>	<b>31.188</b>	<b>11.553</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>282.266</b>	<b>273.952</b>	<b>325.524</b>	<b>533.038</b>	<b>534.523</b>	<b>557.853</b>			
		<b>283.805</b>	<b>274.941</b>	<b>326.041</b>	<b>564.021</b>	<b>565.711</b>	<b>569.400</b>			
		<b>283.835</b>	<b>275.031</b>	<b>326.076</b>	<b>651.372</b>	<b>649.455</b>	<b>665.429</b>			
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	2	-	-	18	26.153	20.925	20.419			
Obrigações trabalhistas e sociais	16	-	-	-	12.597	14.704	12.853			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	-	114.914	150.465	52.107			
Passivo de arrendamentos	14	-	-	-	12.514	11.937	9.977			
Tributos a recolher	18	-	-	-	4.718	4.586	4.102			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	-	-	-	568	612	388			
Parcelamentos de tributos	19	-	-	-	1.796	2.466	2.748			
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	21	-	-	-	1.383	43.981	15.087			
Outras contas a pagar	2	2	2	-	6.887	2.686	6.777			
<b>Total do circulante</b>		<b>4</b>	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>181.530</b>	<b>252.362</b>	<b>124.458</b>			
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	-	119.297	61.841	118.974			
Passivo de arrendamentos	14	-	-	-	49.060	38.041	39.258			
Parcelamentos de tributos	19	-	-	-	2.690	4.405	7.960			
Provisões para riscos civis e trabalhistas	20	-	-	-	16.448	20.395	15.329			
Partes relacionadas	23e	1.498	819	167	-	-	-			
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	21	-	-	-	-	1.222	36.191			
Ações preferenciais conversíveis	22h	72.697	-	-	72.697	-	-			
Outras contas a pagar	-	-	-	-	14	70	92			
<b>Total do não circulante</b>		<b>74.195</b>	<b>819</b>	<b>167</b>	<b>260.206</b>	<b>125.974</b>	<b>217.804</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	22a	244.591	244.591	244.591	244.591	244.591	244.591			
Reserva de lucros	-	15.565	12.309	8.561	15.565	8.561	8.561			
Reserva de capital	-	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047			
Ajuste de avaliação patrimonial	-	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670			
Prejuízos acumulados	-	(167.237)	(99.407)	(43.978)	(167.237)	(99.407)	(43.978)			
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas</b>		<b>209.636</b>	<b>274.210</b>	<b>325.891</b>	<b>209.636</b>	<b>274.210</b>	<b>325.891</b>			
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.091)</b>	<b>(2.724)</b>	<b>(2.724)</b>			
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>209.636</b>	<b>274.210</b>	<b>325.891</b>	<b>209.636</b>	<b>271.119</b>	<b>323.167</b>			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>283.835</b>	<b>275.031</b>	<b>326.076</b>	<b>651.372</b>	<b>649.455</b>	<b>665.429</b>			
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>										
Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)										
Resultado do exercício	Nota	Controladora		Consolidado						
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022			
Resultado do exercício	-	(67.830)	-	-	(68.151)	(55.572)	-			
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-			
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(67.830)</b>	<b>(55.429)</b>	<b>(68.151)</b>	<b>(55.572)</b>	<b>(55.572)</b>	<b>(55.572)</b>			
Resultado abrangente atribuível a:										
Acionista controlador	-	-	-	-	(67.830)	(55.429)	-			
Participações não controladoras	-	-	-	-	(321)	(143)	-			
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>										
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em Reais mil)										
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	Nota	Reserva de lucros		Patrimônio líquido dos controladores		Participação de não controladores		Patrimônio líquido consolidado		
		Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de Ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	-	244.591	97.047	845	7.716	19.670	(43.978)	325.891	(2.724)	323.167
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(55.429)	(55.429)	(143)	(55.572)
Opções de ações	22g	-	-	-	3.748	-	-	3.748	-	3.748
Outras transações	-	-	-	-	-	-	-	(224)	-	(224)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)</b>		<b>244.591</b>	<b>97.047</b>	<b>845</b>	<b>11.464</b>	<b>19.670</b>	<b>(99.407)</b>	<b>274.210</b>	<b>(3.091)</b>	<b>271.119</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(67.830)	(67.830)	(321)	(68.151)
Opções de ações	22g	-	-	-	3.256	-	-	3.256	-	3.256
Outras transações	-	-	-	-	-	-	-	3.412	-	3.412
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>244.591</b>	<b>97.047</b>	<b>845</b>	<b>14.720</b>	<b>19.670</b>	<b>(167.237)</b>	<b>209.636</b>	<b>-</b>	<b>209.636</b>
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>										
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em Reais mil)										
<b>1. Contexto operacional</b> – A Refuá Participações S.A. (“Companhia” ou “Refuá”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia foi constituída em 6 de junho de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis e comerciais, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. A Companhia investe em entidades que possuem como principais atividades operacionais a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e imagens. Conforme demonstrado nas demonstrações financeiras consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 94.179 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 168.618 em 2022), principalmente em virtude de valores a pagar referentes a empréstimos e debêntures no montante de R\$ 114.914 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 150.465 em 2022), e compromissos a pagar por aquisição de empresas no montante de R\$ 1.383 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 43.981 em 2022). A Companhia conta com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar as obrigações de curto prazo. Ademais, a Administração tem rolado suas dívidas, melhorando suas condições de prazo e taxa.										
<b>2. Resumo das participações societárias da Companhia</b>										
		31/12/2023		31/12/2022						
		% Participação	Período consolidado	% Participação	Período consolidado					
<b>Controladas diretas</b>										
Cura Grupo										
Cura Centro de Ultrassonografia e Radiologia. (“Cura”)										
Mérya Participações S.A. (“Mérya”)										
<b>Controladas indiretas</b>										
Grupo Mérya e Medvia (nota 3a)										
Mérya Participações S.A. (“Mérya”)										
Medvia Diagnóstico Ltda. (“Medvia”)										
Serviço de Radiologia DMI Curitiba Ltda. (“DMI”)										
Takeda & Fernandes Ltda. (“Takeda”)										
Ultradem – Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda. (“Ultradem”)										
Sonitec – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“Sonitec”)										
CDIPSUL – Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda. (“Cdiip”)										
Radiodiagnóstico São José Ltda. (“Radio SJ”)										
Clínica Hospitalar de Imagem São José Ltda. (“Clínica SJ”)										
SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. (“SRC”) (*)										
Ultradem – Unidade Bela Suíça Ltda.										
DMI – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“DMI São José”)										
Labimagem Serviços de Radiodiagnóstico Ltda. (“Labimagem”)										
Labmed Laboratório Médico de Londrina Ltda. (“Labmed”)										
C.M.D. – Centro Médico de Diagnóstico Ltda. (“CMD”)										
Unidade de Medicina Nuclear de Londrina Eireli (“UMN”)										
Masto-Centro Centro de Diagnóstico de Doenças da Mama S/S Ltda. (“Masto”)										
Denso Unidade de Densitometria Ltda. (“Denso”)										
(*) Em 30 de outubro de 2023, a Mérya alienou a controlada, deixando a SRC de fazer parte do Cura Grupo (Nota 3 (b))										
<b>3. Alterações societárias no exercício corrente e comparativo</b> – a) <b>Incorporação Maranello Empreendimentos e Participações S.A. (“Maranello”)</b> : Em 30 de novembro de 2022, a Companhia incorporou a sua controladora Maranello. A incorporação faz parte de um processo de reorganização e, consequentemente, de otimização da estrutura societária do Grupo, ao qual as companhias fazem parte, tendo em vista que ambas possuíam objetos sociais semelhantes e desempenhavam seus negócios no mesmo campo comercial. Adicionalmente, a Refuá era uma sociedade controlada da Maranello, de modo que seus sócios tinham interesse em concentrar seus investimentos diretamente na Refuá, facilitando a administração dos negócios e o gerenciamento adequado de ativos, assim como a										
racionalização de seus processos e redução de custos e despesas. A incorporação realizou-se pelo valor contábil do patrimônio líquido da Maranello, conforme laudo de avaliação preparado por especialistas com base no balanço patrimonial de 30 de outubro de 2022, elaborado de acordo com a legislação brasileira e com os Princípios Gerais da Contabilidade aceitos no Brasil, contendo todos os elementos contábeis necessários e suficientes à referida incorporação. A incorporação não resultou em modificação no patrimônio líquido da Companhia, na medida em que o acervo líquido incorporado, era composto basicamente pelo investimento detido pela Maranello na Refuá e o respectivo ágio. Tampouco houve aumento de capital ou emissão de novas ações pela Refuá. A tabela abaixo resume a posição integral dos ativos adquiridos e passivos assumidos na incorporação descrita acima.										
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa										
11										
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores										
10										
<b>Não circulante</b>										
Outras contas a pagar										
1										
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social										
341.879										
Ajuste de avaliação patrimonial										
6.498										
Prejuízos acumulados										
(66.096)										
<b>Total do patrimônio líquido</b>										
<b>282.281</b>										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>282.292</b>										
<b>b) Alienação SRC</b> : Conforme previsto no contrato de aquisição da SRC datado de 05 de junho de 2017, a acionista detentora dos 20% do capital social da SRC, exerceu em 03 de outubro de 2023, a opção de venda das ações da referida empresa. Com o exercício da opção de venda, a controlada Mérya adquiriu os 20% remanescentes do capital da SRC, pelo montante total de R\$ 200, passando a ser detentora de 100% do capital da investida. Em 30 de outubro de 2023 a controlada Mérya alienou 100% das quotas do capital da SRC, pelo valor total de R\$ 4.000.										
<b>4. Base de preparação</b> – <b>4.1. Declaração de conformidade</b> : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de maio de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. <b>4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação</b> : Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais mil, uma vez que o Real é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. <b>4.3. Base de mensuração</b> : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>4.4. Uso de estimativas e julgamentos</b> : Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que podem impactar significativamente nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: <b>Nota Explicativa nº 9</b> – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média de perda; <b>Nota explicativa nº 6.2, 9 e 25</b> – reconhecimento e mensuração das deduções da receita por glosas; principais premissas na determinação da taxa média de perda; <b>Nota Explicativa nº 3a</b> – Combinação de negócios; valor justo da contraparte transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; <b>Nota Explicativa nº 13 e 15</b> – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, ágio e mobilizado por expectativa de rentabilidade futura; <b>Nota Explicativa nº 20</b> – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. <b>Mensuração do valor justo</b> : Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos,										
<i>continua ...</i>										

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia e suas controladas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

**5. IFRS novas e alteradas em vigor no exercício corrente – 5.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Durante o exercício de 2023, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e International Accounting Standards Board (IASB) as revisões das normas e novas normas, conforme listado abaixo, em vigor no exercício de 2023. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Table with 2 columns: Pronunciamento and Descrição. Rows include Alterações ao CPC 26/IAS 1, Alterações ao CPC 23/IAS 8, Adoção ao CPC 50/IFRS 17, and Alterações ao CPC 32/IAS 12.

**5.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes** Adicionalmente, o CPC e o IASB emitiram novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos existentes, os quais entra obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são:

Table with 3 columns: Pronunciamento, Descrição and Vigência. Rows include Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7, Alterações ao CPC 26/IAS 1, Alterações ao CPC 02/IAS 21, Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16, Adoção ao IFRS S1, Adoção ao IFRS S2, and Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28.

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

**6. Principais políticas contábeis – 6.1. Base de consolidação: (i) Controladas diretas e indiretas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro das participações societárias na nota explicativa nº 2. (ii) Descrição dos principais procedimentos de consolidação: O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: (a) Eliminação dos ganhos ou perdas registrados por equivalência patrimonial das controladas; (b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (c) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas. (e) Apresentação no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado dos saldos atribuídos aos acionistas não controladores. (iii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as empresas que fazem parte das demonstrações consolidadas e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre essas empresas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas e controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (iv) Combinação de negócios: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. **6.2. Receita operacional:** As controladas da Companhia adotaram inicialmente a NBC TG 47/o CPC 47 em 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na Nota Explicativa nº 25. As receitas de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **6.3. Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o princípio contábil da competência. **6.4. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem basicamente receita de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos sobre o montante do principal em aberto. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos bancários, financiamentos e debêntures, juros sobre passivos de arrendamento e juros sobre compromissos a pagar por aquisições de empresa. Também integram esse saldo as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros sobre parcelamento de impostos. **6.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e a contribuição social das empresas com tributação pelo lucro presumido são calculados à aplicação do percentual de 32% para imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços. Sobre a base de cálculo, os impostos foram calculados por meio da aplicação de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A tabela abaixo demonstra a forma de tributação por empresa.

Table with 3 columns: 31/12/2023, 31/12/2022 and Descrição. Rows list various entities like Refuá, Cura, Mérya, Medvia, DMI, Takeda, Ultramed, Sonitec, Cdiop, Radio SJ, Clínica SJ, SRC, Emedi, DMI São José, Labimagem, Labmed, CMD, UMIN, Masto, Denso.

**a. Despesas sobre imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa sobre imposto corrente refere-se a imposto a pagar ou compensar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas

**Refuá Participações S.A.**

a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas informadas pelo Fisco. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como receita ou despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6. Estoques:** Correspondem aos itens de materiais, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados nos atendimentos laboratoriais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **6.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A depreciação de beneficiárias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia e suas controladas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

Table with 2 columns: Anos and Descrição. Rows include Instalações, Beneficiárias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, and Software.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **6.8. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Table with 2 columns: Anos and Descrição. Rows include Software and Carteira de clientes.

**6.9. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Dessa forma, a Companhia e suas controladas mantêm os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para ação avaliada com risco de perda provável registrada no passivo não circulante. **6.10. Instrumentos financeiros: a. Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente: (i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza. **6.11. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **6.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a potencial obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis,

as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **6.13. Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplica o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis onde estão alocados os laboratórios. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **7. Reapresentação dos valores correspondentes –** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração implementou novo sistema para gestão dos serviços prestados e não faturados a convênios, de modo que durante o processo de implementação e aprimoramento de controles internos relacionados a este processo, foram identificados ajustes nos saldos contábeis de anos anteriores. Desta forma, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício corrente estão sendo reapresentadas como previsto na CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. A Administração avaliou os efeitos qualitativos e quantitativos sobre as demonstrações financeiras, e determinou a reapresentação dos valores correspondentes das Demonstrações Consolidadas do balanço patrimonial, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como determinou os impactos existentes sobre o saldo de abertura do balanço patrimonial dos valores correspondentes em 1 de janeiro de 2022. Os quadros a seguir resumem os impactos dos ajustes corrigidos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Table titled 'a) Balanço Patrimonial' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Outros valores a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Partes relacionadas, Investimentos, Total do não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Fornecedores, Outras contas a pagar, Total do circulante, Não circulante, Partes relacionadas, Total do não circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva de lucros, Reserva de capital, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total do patrimônio líquido dos acionistas, Participação dos acionistas não controladores, Total do patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table titled 'b) Balanço Patrimonial Consolidado' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Contas a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Partes relacionadas, Total do não circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva de lucros, Reserva de capital, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total do patrimônio líquido dos acionistas, Participação dos acionistas não controladores, Total do patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table titled 'c) Balanço Patrimonial Consolidado' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Contas a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Depósitos judiciais, Ativo indenizatório, Outros créditos, Investimentos, Imobilizado, Direito de uso, Intangível, Total do não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Fornecedores, Obrigações trabalhistas e sociais, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Compromissos a pagar por aquisições de empresa, Outras contas a pagar, Total do circulante, Não circulante, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Provisões para riscos civis e trabalhistas, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table titled 'd) Balanço Patrimonial Consolidado' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Contas a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Depósitos judiciais, Ativo indenizatório, Outros créditos, Investimentos, Imobilizado, Direito de uso, Intangível, Total do não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Fornecedores, Obrigações trabalhistas e sociais, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Compromissos a pagar por aquisições de empresa, Outras contas a pagar, Total do circulante, Não circulante, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Provisões para riscos civis e trabalhistas, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table titled 'e) Balanço Patrimonial Consolidado' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Contas a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Depósitos judiciais, Ativo indenizatório, Outros créditos, Investimentos, Imobilizado, Direito de uso, Intangível, Total do não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Fornecedores, Obrigações trabalhistas e sociais, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Compromissos a pagar por aquisições de empresa, Outras contas a pagar, Total do circulante, Não circulante, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Provisões para riscos civis e trabalhistas, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table titled 'f) Balanço Patrimonial Consolidado' with columns for Originalmente apresentado, Reapresentado, and Adjusted values for 31/12/2022 and 01/01/2022. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes, Contas a receber, Total do circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Tributos diferidos, Depósitos judiciais, Ativo indenizatório, Outros créditos, Investimentos, Imobilizado, Direito de uso, Intangível, Total do não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Fornecedores, Obrigações trabalhistas e sociais, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Compromissos a pagar por aquisições de empresa, Outras contas a pagar, Total do circulante, Não circulante, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamentos, Parcelamentos de tributos, Provisões para riscos civis e trabalhistas, Total do passivo e patrimônio líquido.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal





... continuação

**Refuá Participações S.A.**

reconhecimento de perdas. A Companhia utilizou as seguintes premissas para projeção de fluxo de caixa: • Período de dez anos acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital -WACC) de 15,14% (15,46% em 2022). • Crescimento do volume baseado em indicadores históricos e de mercado e projeções de inflação baseadas em projeções macroeconômicas. • Despesas e custos projetados considerando indicadores macroeconômicos e variação em relação a receita. Adicionalmente, levou-se em consideração diluição de custos relacionados a melhoria de ocupação da capacidade instalada e ganhos de sinergia. **d. Relacionamento de clientes:** Refere-se a carteira de clientes adquiridas em combinação de negócios. Para fins de mensuração de ativo intangível, foi considerado o fluxo de caixa descontado contendo as receitas e despesas atreladas à carteira de clientes (basicamente convênios de saúde) existentes nas datas das combinações de negócios. A vida útil estimada pela Companhia para as carteiras de clientes varia entre 12 e 14 anos. **e. Marcas:** Refere-se a marcas adquiridas em combinação de negócios que foram mensuradas ao valor justo. A vida útil esperada pela Companhia para marcas é de 30 anos. **f. Acordo de não competição:** Refere-se a cláusula contratual firmada em combinação de negócios. A eventual violação dessa cláusula resulta em multas compensatórias. Este é um ativo intangível pois forma proteção para os compradores sobre o não retorno dos vendedores ao mercado de atuação.

**16. Obrigações trabalhistas e sociais – consolidado**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	7.547	6.774
Bônus a pagar	2.000	3.506
INSS a recolher	2.394	1.551
Salários a pagar	-	2.302
FGTS a recolher	563	465
Outros	93	106
<b>Total</b>	<b>12.597</b>	<b>14.704</b>

**17. Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado**

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Capital de giro	Taxa fixa + %CDI	3,23%	5,6	200.062	183.160
Conta garantida	Taxa fixa + %SELIC	6,23%	0,4	31.430	-
Financiamentos	Taxa fixa + %CDI	2,69%	0,9	61	848
Debêntures	Taxa fixa + %CDI	2,05%	1	-	23.133
Outros financiamentos	Pré-fixado	12,63%	0,5	1070	902
				Outros	-
Finanças	Pré-fixado	7,63%	1	1.588	4.263
				Circulante	234.211
				150.465	
				119.297	61.841

**a. Debêntures:** Para liquidar parte dos empréstimos das empresas adquiridas, foi emitido em 25 de abril de 2019, pela controlada Cura, o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, com Esforço Restrito de Distribuição ("Emissão de Debêntures"). O valor total da emissão de debêntures foi de R\$67.500, equivalente a 67.500 debêntures, tendo cada o valor nominal unitário de R\$1 e sobre o valor nominal unitário, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiro, capitalizada de um spread sobre taxa equivalente a 2,03% ao ano. A liquidação total das debêntures será em 9 parcelas em 4,5 anos. As parcelas vencem em 25 de abril e 25 de outubro de cada ano, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 25 de abril de 2020. Os custos de transação foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido. A sensibilização no resultado do exercício é realizada por competência, seguindo o prazo de liquidação do instrumento de dívida. Em 07 de julho de 2023, as debêntures foram antecipadamente liquidadas pelo montante total de R\$ 15.458. **b. Capital de giro e conta garantida:** No decorrer de 2021 algumas controladas da Companhia efetuaram contratação de empréstimos visando o pagamento de compromissos por aquisição de empresas, a aquisição de equipamentos médicos e a recomposição do caixa, impactado pelo efeito da pandemia Covid-19, principalmente no 2º e 3º trimestres de 2021. Ao longo de 2022 e 2023, a Companhia e suas controladas efetuaram captações de empréstimos, via capital de giro e conta garantida, com intuito de rolagem de dívida e quitação dos compromissos por aquisição de empresa. **c. Cláusulas restritivas (covenants):** Alguns contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas (covenants), estabelecendo que o índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não cumpriu com os indicadores estabelecidos. Foi obtido waiver de um dos credores em dezembro de 2023, com a contrapartida de pagamento de fees até 25 de junho de 2024, garantindo, portanto, a não cobrança da dívida antecipadamente. Para a dívida com o Banco do Brasil, o waiver foi obtido no dia 26 de março de 2024, após o encerramento do exercício social e antes da aprovação das demonstrações financeiras, o que ocasionou na reclassificação desta dívida, no montante de R\$ 28.128, para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2023. Embora tenha havido a reclassificação desta dívida para o passivo circulante, a obtenção do waiver garante a não cobrança da dívida antecipadamente (Nota 32). Abaixo apresentamos o índice de liquidez corrente antes da reclassificação e após a reclassificação da dívida para o passivo circulante:

	Antes da reclassificação para passivo circulante	Após a reclassificação para passivo circulante
Ativo circulante	87.351	87.351
Passivo circulante	153.402	181.530
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>0,57</b>	<b>0,48</b>

**d. Garantias:** A maioria dos empréstimos tem como garantia fluxos de recebíveis e aval da Companhia. **e. Mapa de movimentação:** A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	212.306	171.081
(+) Obtidos	164.401	60.000
(-) Liquidados	(176.538)	(76.391)
(+) Encargos financeiros	36.042	27.616
<b>Saldo final</b>	<b>234.211</b>	<b>212.306</b>

As parcelas em aberto têm vencimento como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	150.465
2024	114.914	11.076
2025	33.808	8.032
2026 em diante	85.489	42.733
<b>Total</b>	<b>234.211</b>	<b>212.306</b>

**18. Tributos a recolher – consolidado**

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre receitas a faturar	2.938	2.662
IRRF a recolher	774	697
ISS a recolher	377	582
COFINS a recolher	147	177
PIS a recolher	156	172
Outros tributos a recolher	326	296
<b>Total</b>	<b>4.718</b>	<b>4.586</b>

**19. Parcelamentos de tributos – consolidado**

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de ICMS (i)	716	1.481
Parcelamento de INSS (ii)	261	603
REFIS – Lei 12.996/14 (iii)	916	1.771
PERT Previdenciário – Lei 13.496/17 (iv)	1.033	1.132
Outros tributos parcelados	1.560	1.884
<b>Total</b>	<b>4.486</b>	<b>6.871</b>
Circulante	1.796	2.466
Não circulante	2.690	4.405

**i) Parcelamento de ICMS –** A controlada Ultramed, realizou o parcelamento de ICMS sobre importação de equipamentos, por meio do Programa de Parcelamento Incentivado, autorizado pela Lei nº 16.097/14. Os débitos foram parcelados em 120 parcelas mensais sucessivas. **ii) Parcelamento de INSS –** Em 31 de agosto de 2017, a controlada Ultramed entrou com pedido de adesão a MP 783, do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Os débitos foram parcelados em 120 parcelas mensais e sucessivas. **iii) REFIS –** O Cura, aderiu ao parcelamento especial, instituído pela Lei no 11.941/2009, nos termos da Portaria Conjunta no 6 de 22/07/2009. O programa destinou-se ao pagamento dos débitos de qualquer natureza junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), vencidos até 30 de novembro de 2008. Os débitos foram parcelados em 180 parcelas mensais e sucessivas. **iv) PERT Previdenciário –** As controladas Ultramed e Sonitec aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) em 2017. Os débitos foram parcelados em 145 parcelas mensais e sucessivas. A movimentação dos parcelamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.871	10.708
(+) Adesão ao parcelamento	4.465	168
(+) Juros de atualização	447	567
(-) Pagamentos efetuados de principal	(1.628)	(1.628)
(-) Pagamentos efetuados de juros	(5.669)	(1.200)

(+/-) Outros (i) Saldo final **4.486** **6.871** (i) Em 2021 havia expectativa de parcelamento do valor acima, referente a uma execução fiscal cobrança de ICMS decorrente de importação de bens, no entanto, considerando que em 2022 não foi aderido ao parcelamento, o saldo foi reclassificado para contingências (Nota 20 (iii)). As parcelas têm vencimentos como seguem:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	1.796	2.466
2024	1.831	1.831
2025 em diante	859	2.574
<b>Total</b>	<b>4.486</b>	<b>6.871</b>

**20. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais – consolidado:** A Companhia e suas controladas são suscetíveis a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a provisão para prováveis perdas, considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	6.656	6.643
Trabalhistas (ii)	2.623	5.080
Tributário (iii)	7.169	8.672
<b>Total</b>	<b>16.448</b>	<b>20.395</b>

A movimentação no saldo da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversão	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	6.643	1.793	(1.726)	(54)	6.656
Trabalhistas	5.080	1.067	(863)	(2.661)	2.623
Tributário	8.672	3.067	(56)	(4.514)	7.169
<b>Total</b>	<b>20.395</b>	<b>5.927</b>	<b>(2.645)</b>	<b>(7.229)</b>	<b>16.448</b>

A Companhia e suas controladas consideram que a provisão para riscos em processos trabalhistas é suficiente para cobrir as perdas esperadas. Os assessores legais fazem análise individual dos processos, classificando o risco de perda conforme diretrizes estabelecidas pela Companhia e suas controladas, as ações referem-se substancialmente a reclamações trabalhistas por parte de ex-colaboradores, que estão pleiteando horas extras, dano moral, acidente de trabalho, diferenças salariais e outros. (i) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é composto substancialmente por: • 2 ações de execução de sentença relativa a honorários de sucumbência, no valor de R\$ 2.459 e R\$ 2.688 cada, totalizando R\$ 5.147. As ações de execução de sentença foram movidas pelos advogados de um fornecedor e de um fabricante de equipamentos, tendo como parte contrária uma clínica adquirida em 2019. A ação principal onde ocorreu a sentença de condenação ao pagamento da sucumbência foi originada em período de responsabilidade integral dos antigos controladores do Merya. Caso haja desembolso nestas ações, o respectivo valor será integralmente reembolsado pelos antigos sócios. Foi apresentada impugnação à execução com pedido de suspensão da ação e penhora sobre percentual do faturamento da clínica até o julgamento da impugnação. O pedido foi deferido nas duas ações. Uma das ações aguarda apreciação do pedido da outra parte, que solicita aumento do percentual do faturamento. • uma ação de valor provisionado no montante de R\$ 1.499 referente à ação rescisória, que busca desconstituir decisão transitada em julgado proferida em outra ação ajuizada por uma clínica adquirida em 2019 contra um fornecedor e um fabricante de equipamentos. O tema da ação refere-se a fatos ocorridos no período de responsabilidade integral dos antigos sócios e os desembolsos serão integralmente por eles reembolsados. O processo encontra-se aguardando julgamento de recurso apresentado pela clínica. (ii) Composto majoritariamente por uma ação de valor provisionado no montante de R\$ 595 referente à reclamação trabalhista movida por prestador de serviços de uma das clínicas adquirida em 2018, que pedia reconhecimento de vínculo empregatício e todos os reflexos de veras e multas trabalhistas. A ação foi originada em período de responsabilidade integral dos antigos sócios e, os desembolsos serão integralmente por eles reembolsados. O processo encontra-se em fase de pagamento das parcelas do acordo firmado entre as partes em 27 de janeiro de 2023, na audiência de tentativa de conciliação realizada na fase de execução de sentença. (iii) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é composto substancialmente por 2 ações mais relevantes, sendo elas: • Execução Fiscal no montante de R\$ 4.422 movida pelo Estado de Santa Catarina para cobrança de ICMS referente à importação de dois ecógrafos, uma ressonância magnética e um tomógrafo em 2007. A ação foi originada em período de responsabilidade integral dos antigos sócios e, em caso de desembolso, o valor será integralmente por eles reembolsado. Foi realizada penhora no valor de R\$ 1.666 em período anterior à aquisição da clínica. O processo aguarda julgamento dos embargos à execução. • Mandado de Segurança ajuizado para discutir a inconstitucionalidade de contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salário, no valor de R\$ 1.667, a qual tem depósito judicial no mesmo montante. A ação foi originada em período de responsabilidade integral dos antigos sócios, e aguarda cumprimento de sentença. (i) **Processo classificados com risco de perda possível:** A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado como possível. Em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado é de R\$ 4.610 (R\$ 3.891 em 2022), considerando todas as empresas que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas e, referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados e responsabilidade subsidiária ajuizados por empregados de empresas que prestam serviços especializados à Companhia e suas controladas em regime de terceirização. Em 31 de dezembro de 2023, estima-se o montante de R\$ 7.068 (R\$ 4.707 em 2022) em ações cíveis com probabilidade de perda possível, que se referem-se substancialmente por pleitos de indenizações por supostos resultados de exames equivocados. As ações tributárias com estimativa de perda possível, totalizam em 31 de dezembro de 2023 R\$ 1.529 (R\$ 1.341 em 2022) que referem-se basicamente a um execução fiscal para cobrança de impostos. (ii) **Depósitos judiciais:** Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço com as seguintes naturezas:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (a)	3.457	3.426
Cíveis	1.735	55
Trabalhistas	641	550
<b>Total</b>	<b>5.833</b>	<b>4.031</b>

(a) O saldo é composto por depósitos em juízo de ação que discute a tributação de PIS e COFINS sobre importação de equipamentos no montante atualizado de R\$ 1.062. O levantamento destes depósitos está em discussão, uma vez que a investida, em 2017, desistiu da ação em razão da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09. Adicionalmente composto por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.738 referente a processo que discute a inconstitucionalidade de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salário. **21. Compromissos a pagar por aquisições de empresas – consolidado**

	31/12/2023	31/12/2022
Grupo Labmed	44.005	(54.022)
LBG	1.222	-
Labimagem	115	(119)
<b>Total</b>	<b>45.342</b>	<b>(54.141)</b>

(a) O saldo é composto por depósitos em juízo de ação que discute a tributação de PIS e COFINS sobre importação de equipamentos no montante atualizado de R\$ 1.062. O levantamento destes depósitos está em discussão, uma vez que a investida, em 2017, desistiu da ação em razão da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09. Adicionalmente composto por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.738 referente a processo que discute a inconstitucionalidade de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salário. **21. Compromissos a pagar por aquisições de empresas – consolidado**

	Saldos em 31/12/2022	Pagamento	Earn out	Atualização	Saldos em 31/12/2023
Grupo Labmed	44.005	(54.022)	7.667	2.350	-
LBG	1.222	-	-	161	1.383
Labimagem	115	(119)	-	4	-
<b>Total</b>	<b>45.342</b>	<b>(54.141)</b>	<b>7.667</b>	<b>2.515</b>	<b>1.383</b>

(i) O valor da revisão da dívida refere-se a ajuste de preço na aquisição da Labmed, por conta do atingimento de condições previstas no contrato de compra e venda. (ii) Os direitos de ressarcimento de antigos controladores por contingências, estão sendo apresentados pelos antigos controladores a pagar, uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável, estabelecido no contrato de compra e venda, de compensação mediante acordo formal do respectivo valor e desconto aprovados pelos vendedores, bem como a intenção de liquidá-los em uma base líquida. Segue abaixo o cronograma de pagamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	43.981
2024	1.383	1.222
<b>Total</b>	<b>1.383</b>	<b>45.203</b>

**a. Ativo indenizatório:** Nesta conta estão apresentadas as contrapartidas das contingências com perdas consideradas como prováveis, as quais são passíveis de ressarcimento pelos antigos controladores, conforme determinado no contrato de compra e venda. Estes valores não são apresentados líquidos na rubrica de Compromissos a pagar por aquisições de empresas, pois, para estes antigos acionistas, não existe mais saldo remanescente a pagar decorrente das aquisições. Desta forma, as perdas materializadas podem ser cobradas dos vendedores mediante notificação, para reembolso em até 10 dias úteis, contados do

recebimento da notificação. **22. Patrimônio líquido – a. Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizados em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 244.591 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 244.591), representado por 1.491.059 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2023 foi aprovada a emissão de 189.537 ações preferenciais da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 383,55, totalizando R\$ 72.697. Todas as ações preferenciais foram totalmente subscritas pela controladora Vinci Capital Partners III B Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vinci"), maiores informações na nota 22 h. Demonstramos um resumo da participação acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a seguir:

	Quantidade de ações ordinárias	% participação	Quantidade de ações preferenciais
Vinci Capital	1.205.515	80,85%	189.537
Med Via Empresa de Participações Ltda. ("MedPar")	129.382	8,68%	-
JVS	110.946	7,44%	-
VLS	45.216	3,03%	-
<b>Total</b>	<b>1.491.059</b>	<b>100,00%</b>	<b>189.537</b>

**b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo de reservas de lucros, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 66.990 (R\$ 54.129 em 2022). **d. Dividendos:** Nos termos do disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76 e no art. 15 do Estatuto Social, é assegurada aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, compensados os valores de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não registrou dividendos mínimo obrigatório, uma vez que apresentou prejuízo nos exercícios. **e. Transação de capital:** Nesta conta foram registrados os impactos decorrentes de mudança de participação em controlada ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve alterações nesse sentido. **f. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta conta foram registrados os impactos decorrentes da emissão de ações em combinações de negócios de anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve movimentações nesse sentido. **g. Aprovação do plano de opções de ações:** Em 2021 foi efetivado pela Companhia, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária o plano de Stock Options (outorga de ações) como incentivo de longo prazo. O plano prevê o direito de aquisição de opções que poderão ser outorgados no total global de 91.975 (noventa e um mil, novecentos e setenta e cinco) ações da Refuá para os participantes elegíveis, que tem participação deliberada pelo Conselho de Administração, sendo até o momento aprovado a participação de todos os membros da Diretoria. O saldo apresentado no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 refere-se ao valor justo das opções de ações nessa data. Segue abaixo a movimentação ocorrida no período:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	11.464	7.716
Opções concedidas	141	1.833
Despesas do período	3.115	1.915
<b>Saldo final</b>	<b>14.720</b>	<b>11.464</b>

**h. Ações preferenciais conversíveis:** Em 30 de junho de 2023 foi aprovada a emissão de 189.537 ações preferenciais da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 383,55, totalizando R\$ 72.697. Todas as ações preferenciais foram totalmente subscritas pela controladora Vinci Capital Partners III B Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vinci"). Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características: • Prioridade no recebimento de dividendos; as ações possuem direito a receber a totalidade de dividendos a serem distribuídos pela Companhia • Direito a voto: as ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. • Preferência em liquidação: no caso de liquidação da Companhia, as ações preferenciais são superiores às ações ordinárias e tem direito a uma preferência de liquidação por ação preferencial igual ao preço de emissão por ação preferencial, corrigido por uma taxa de 25% ao ano desde a data de integralização até a sua liquidação. • Preferência no recebimento de recursos nos termos do Acordo de Acionistas • Conversibilidade: conversão automática em ações ordinárias em até 3 anos de sua emissão, e/ou em evento de liquidez/ IPO. Em todas as hipóteses de conversão, a apuração da quantidade de ações ordinárias será variável, e contém um retorno preferencial de 25% a.a. sobre o valor subscrito das ações preferenciais. De acordo com as características destas ações preferenciais, principalmente relacionadas a eventos futuros variáveis determinantes na definição de quantidade de ações na relação de troca por ações ordinárias, este instrumento atende os critérios definidos no CPC 39 – Instrumentos Financeiros Apresentação para sua classificação como passivo financeiro. **23. Partes relacionadas – a. Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, inclui pró-labore, benefícios e encargos que totalizam o valor de R\$ 8.497 (R\$ 4.732 em 2022) e, estão contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações de resultados. **b. Pagamento de arrendamento de imóveis:** Foram celebrados contratos de locação de imóveis com as partes relacionadas JVS Participações e Administração de Bens Ltda. ("JVS") e VLS Participações e Administração de Bens Ltda. ("VLS"), com algumas controladas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 os valores pagos pelos arrendamentos de imóveis totalizaram R\$ 3.597 (R\$ 3.438 em 2022). **c. Prestação de serviços:** Durante o exercício foram realizadas operações com partes relacionadas (empresas), a títulos de prestação de serviços médicos, laboratoriais e pela utilização dos sistemas operacionais, nos seguintes montantes. Estas empresas partes relacionadas pertencem aos demais acionistas que possuem participação na Companhia.

Empresa	Natureza do serviço	31/12/2023	31/12/2022
Infopacs Tecnologia S.A.	Sistema operacional	183	208
Animat Sistema de Informática Ltda.	Sistema operacional	2.120	1.923
Iara Health Desenvolvimento de Software Ltda.	Sistema operacional	310	318
<b>Total de serviços gerais e administrativos</b>		<b>2.613</b>	<b>2.449</b>



## Coesa Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 18.738.697/0001-68

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
		Controladora		Consolidado		Capital social		Outras Reservas		Prejuízo acumulado		Total		Total Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>															
<b>Ativo circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	4	104	196	116	208										
Contas a receber	5	84.482	58.129	88.669	62.316										
Partes relacionadas	6	65.000	7.500	65.000	7.500										
Estoques		3.049	10.307	3.236	10.494										
Despesas antecipadas		1.103	1.137	1.103	1.137										
Impostos a recuperar		23	12	146	135										
Outros ativos		7.058	7.361	7.120	7.422										
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>160.819</b>	<b>84.642</b>	<b>165.390</b>	<b>89.212</b>										
<b>Ativo não circulante</b>															
Contas a receber	5	834	834	834	834										
Partes relacionadas	6	250.097	339.204	257.025	347.514										
IRPJ e CSLL diferidos	17	10.292	10.292	10.292	10.292										
Depósitos e valores vinculados		758	1.054	774	1.070										
Despesas antecipadas		1.310	2.088	1.310	2.088										
Outros ativos		2.278	2.373	2.283	2.377										
Investimentos	7	2.238	2.238	-	-										
Imobilizado	8	1.230	1.387	1.487	1.644										
Intangível		-	-	-	-										
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>269.037</b>	<b>359.470</b>	<b>274.005</b>	<b>365.819</b>										
<b>Total do ativo</b>		<b>429.856</b>	<b>444.112</b>	<b>439.395</b>	<b>455.031</b>										
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>															
<b>Passivo circulante</b>															
Fornecedores	9	15.166	14.315	14.765	15.296										
Empréstimos e financiamentos	11	20.919	7.952	23.341	10.373										
Salários, provisões e contribuições sociais		5.678	6.292	6.543	7.158										
Tributos e contribuições a recolher	10	3.198	8.440	4.886	10.128										
Parcelamento de tributos		1.363	-	1.363	-										
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	5	5										
Seguros		1.289	324	1.289	324										
Outros passivos		1.605	1.990	3.401	3.784										
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>49.218</b>	<b>39.313</b>	<b>55.593</b>	<b>47.068</b>										
<b>Passivo não circulante</b>															
Fornecedores	9	33.682	33.964	33.682	33.964										
Empréstimos e financiamentos	11	16.028	-	16.028	-										
Tributos e contribuições a recolher	10	3.560	20.580	3.560	20.580										
Parcelamento de tributos		4.804	-	4.804	-										
IRPJ e CSLL diferidos	17	-	-	-	-										
Partes relacionadas	6	1.762	26.380	19.224	43.842										
Receita diferida		931	7.135	931	7.139										
Provisão para perdas em investimentos	7	14.298	14.301	-	-										
Provisões para contingências	12	587	587	587	587										
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>75.652</b>	<b>102.947</b>	<b>78.816</b>	<b>106.112</b>										
<b>Patrimônio líquido</b>															
Capital social	13	301.105	301.105	301.105	301.105										
Outras reservas		241	241	241	241										
Reservas de lucros		3.640	506	3.640	505										
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>304.986</b>	<b>301.852</b>	<b>304.986</b>	<b>301.851</b>										
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>429.856</b>	<b>444.112</b>	<b>439.395</b>	<b>455.031</b>										

  

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
<b>Receita líquida</b>					
Custos dos serviços prestados	15	(71.784)	(46.045)	(71.784)	(46.045)
Lucro bruto		6.990	3.623	6.990	3.623
Despesas gerais e administrativas	15	(7.669)	(5.150)	(7.669)	(6.130)
Outras receitas (despesas) - líquidas	15	6.872	(7.678)	6.872	(7.589)
Receitas (despesas) operacionais		(797)	(12.828)	(797)	(13.719)
Lucro (prejuízo) antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		6.193	(9.205)	6.193	(10.096)
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	(191)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	7	-	(1.266)	-	-
Lucro / Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		6.193	(10.662)	6.193	(10.096)
<b>Receitas financeiras</b>		<b>14.375</b>	<b>26.596</b>	<b>14.375</b>	<b>26.803</b>
Despesas financeiras		(17.433)	(3.610)	(17.433)	(4.383)
Resultado financeiro	16	(3.058)	22.986	(3.058)	22.420
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>3.135</b>	<b>12.324</b>	<b>3.135</b>	<b>12.324</b>
IRPJ e CSLL Correntes	17	-	838	-	838
Diferidos		-	14.270	-	14.270
Lucro do exercício		3.135	27.432	3.135	27.432

  

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					
		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício		3.135	27.432	3.135	27.432
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Perda na conversão das operações com controladas no exterior		-	(153)	-	(153)
Perda na conversão com investimentos no exterior		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>3.135</b>	<b>27.279</b>	<b>3.135</b>	<b>27.279</b>

  

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS**

**1. Contexto operacional:** A COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como acionistas a Construtora COESA S.A. e a COESA Participações e Engenharia S.A. ("COESA P&E") (nota 1.2 e 1.3) e tem como objeto social a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada; inclusive gerência e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral; compra e venda de imóveis próprios; locação de bens móveis; serviços de dragagem e transporte; navegação marítima; fluvial e lacustre; manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior. **1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA:** Em 15/10/2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajudou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22/10/2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 24/10/2022, o MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, homologou, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial unitário apresentado pelas devedoras e aprovado pelos credores em assembleia, bem como concedeu a recuperação judicial à COESA PARTICIPAÇÕES E ENGENHARIA S.A., CONSTRUTORA COESA S.A., COESA CONSTRUÇÃO E MONTAGENS S.A., COESA ENGENHARIA LTDA., COESA LOGÍSTICA E COMERCIO EXTERIOR S.A., OAS INVESTMENTS LIMITED e OAS FINANCE LIMITED. Em 27.06.2023, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu decisão convalidando a recuperação judicial do Grupo Coesa em falência (processo 1111746-12.2021.8.26.0100). A decisão foi suspensa pelo Ministro Humberto Martins, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ - Agravo Interno na Tutela Antecipada Antecedente 38/SP), em 09.08.2023. Com isso, a recuperação judicial do Grupo Coesa teve seu curso retomado e encontra-se em pleno vigor.

**1.2. Entidades da Companhia:** A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Entidades Controlada	País	Participação direta no capital social	
		2023	2022
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Portugal	Portugal	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Argentina	Argentina	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. - Sucursal Peru	Peru	100,00%	100,00%

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





<p><b>Coesa Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial</b></p> <p>31/12/2023 e de 2022 não existiam instrumentos financeiros derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis. <b>19. Seguros (não auditado)</b>: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. <b>20. COVID-19</b>: A Companhia continua observando o cenário econômico com foco nos impactos da pandemia e até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia. <b>21. Eventos subsequentes</b>: Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.</p>		<p><b>A DIRETORIA</b></p> <p><b>José Maria Magalhães de Azevedo</b> - Diretor <b>Telmo Tonolli</b> - Diretor</p> <p><b>Fernando Silva Santos</b> - Contador - CRC nº BA-023425/0-0</p>
<p><b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b></p> <p>Aos Administradores e Acionistas da <b>COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial</b>, São Paulo - SP. <b>Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da <b>COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")</b>, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da <b>COESA Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial</b> em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>. <b>Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>: <b>Estoques</b>: A Companhia possui registrado na rubrica "Estoques", no ativo circulante, o montante de R\$ 3.049 e R\$ 3.236, individual e consolidado, respectivamente, o qual não pôde ser validado, pela ausência de controles individualizados que demonstrassem movimentação dos itens entre as datas do inventário físico e do fechamento contábil. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação das quantidades e, conseqüentemente, do saldo e custos dos estoques, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31/12/2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Ausência de recebimento de circularizações de instituições financeiras</b>: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, em 31/12/2023, a Sociedade apresenta valor a pagar de financiamentos nos montantes de R\$ 36.947 e R\$ 39.369 (individual e consolidado). Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmações externas (circularizações) enviadas às instituições financeiras e agentes fiduciários. Em que pese termos realizado testes alternativos de auditoria e examinado os saldos registrados, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras e agentes fiduciários, materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023. <b>Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional</b>: <b>Recuperação Judicial</b>: Em 15/10/2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&amp;E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22/10/2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 27.06.2023, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu decisão convalidando a recuperação judicial do Grupo Coesa em falência (processo 1111746-12.2021.8.26.0100). A decisão foi suspensa pelo Ministro Humberto Martins, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ - Agravo Interno na Tutela Antecipada Antecedente 38/SP), em 09.08.2023. Com isso, a recuperação judicial do Grupo Coesa teve seu curso retomado e encontra-se em pleno vigor. <b>Ênfases: Realização do saldo de partes relacionadas</b>: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31/12/2023, a Companhia apresenta na rubrica "Partes relacionadas", no passivo, os montantes de R\$ 1.762 e R\$ 19.224, individual e consolidado, e no ativo, os montantes de R\$ 315.097 e R\$ 322.025, individual e consolidado, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias por meio de sua controladora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial, e da transferência de outros ativos do Grupo COESA, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. <b>Investimentos</b>: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 às demonstrações contábeis individuais, a Companhia possui registrado na rubrica "Investimentos", o montante de R\$ 2.238 e R\$ 14.298, ativo e passivo, respectivamente, em 31/12/2023. No entanto, até a presente data, não recebemos a totalidade das conciliações, motivo pelo qual não tivemos como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, individuais, sobre o montante. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p>		
<p>São Paulo, 06/05/2024.</p> <p><b>Senso Auditores Independentes</b> CRC nº 2SP 005977/0-9   CVM Nº 7307</p> <p><b>Guilherme Rocha Castro Soares</b> CRC nº 1SP 290.834/0-4</p>		

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Baumgart Participações S.A.													
CNPJ/MF nº 07.019.752/0001-43													
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)													
BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA							
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022		
<b>Ativo</b>						<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	21	3.016	68.677	72.226	Fornecedores	82	89	201.279	248.540	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Títulos e valores mobiliários	5.181	81.720	71.624	307.188	Salários e encargos a pagar	-	-	27.497	28.950	<b>Lucro líquido do exercício</b>			
Contas a receber	-	-	240.957	224.780	Empréstimos e financiamentos CP	-	-	30.927	7.628	148.926	166.816		
Adiantamento a fornecedores	9	9	30.235	17.523	Arrendamento mercantil CP	-	-	2.655	2.117	1.839	1.840		
Estoques	-	-	58.664	92.036	Instrumentos derivativos	-	-	2.802	-	24.968	14.176		
Tributos a recuperar	1.504	356	20.683	40.133	IRPJ e CSLL	351	1.484	26.679	4.864	Depreciação - direito de uso	-		
IRPJ e CSLL a recuperar	1.167	954	1.335	8.461	Impostos e contribuições	23	57	30.611	23.030	Depreciação - propriedade para investimentos	-		
Dividendos a receber	2.626	35.996	-	-	Dividendos a pagar	-	38.712	2.618	50.727	Amortização - intangível	-		
Outros ativos	3.219	3.182	10.509	6.891	Outros passivos CP	-	216	15.337	20.033	Provisão para perdas em ativos financeiros	-		
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>13.726</b>	<b>125.232</b>	<b>502.683</b>	<b>769.238</b>	Mútuos financeiros	-	-	54.415	32.168	Provisão para perda nos estoques	-		
<b>Não circulante</b>						<b>Total do passivo circulante</b>							
Realizável a longo prazo	-	-	18.760	33.245	Receitas diferidas	-	-	91.630	71.432	Provisão para contingências	-		
Contas a receber	-	-	36.618	36.618	Provisão para perdas em investidas	-	-	334	223	IRPJ e CSLL diferidos	(608)		
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.014	7.732	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>456</b>	<b>40.557</b>	<b>486.785</b>	<b>489.709</b>	IRPJ e CSLL corrente	1.228		
Tributos a recuperar	-	-	1.627	1.628	<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>								
Depósitos judiciais	-	-	1.195	4.379			Controladora		Consolidado				
Outros ativos	27	-	9.029	-			2023		2022		2023		
IRPJ e CSLL diferidos (ANC)	-	-	119.643	101.370			2023		2022		2023		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>27</b>	<b>38.246</b>	<b>149.641</b>	<b>184.972</b>			2023		2022		2023		
<b>Total do ativo</b>	<b>643.074</b>	<b>892.366</b>	<b>1.265.727</b>	<b>1.097.779</b>			2023		2022		2023		
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>						<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>							
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		2023		2022		2023		2023		2022		2023	
		2023		2022		2023		2023		2022		2023	
Receita operacional líquida	8.666	8.028	1.124.884	1.055.906	Reserva de incentivos fiscais	15.349	15.349	15.349	15.349	Reserva legal	53.418	45.957	53.404
Custos com vendas de mercadorias, locações e outros serviços	-	-	(497.368)	(485.591)	Reserva especial	42.712	24.664	42.683	24.664	Ajuste de avaliação patrimonial	43.545	44.726	43.545
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>8.666</b>	<b>8.028</b>	<b>627.517</b>	<b>570.316</b>	Reservas de lucros	63.794	408.211	63.837	408.210	Participação de não controladores	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(4.253)	(2.912)	(230.514)	(190.235)	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>638.818</b>	<b>958.906</b>	<b>638.818</b>	<b>958.906</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>656.801</b>	<b>1.017.598</b>	<b>1.768.410</b>
Despesas de vendas	-	-	(121.479)	(117.029)	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>656.801</b>	<b>1.017.598</b>	<b>1.768.410</b>	<b>1.867.017</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Reversão (provisão) de perdas estimadas com ativos financeiros - contas a receber	-	-	(3.073)	(4.366)			Controladora		Consolidado				
Outras receitas (despesas)	-	(1)	26.950	36.552			2023		2022		2023		
Resultado de equivalência patrimonial	146.670	154.068	(112)	(547)			2023		2022		2023		
<b>Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras e impostos</b>	<b>151.082</b>	<b>159.184</b>	<b>299.289</b>	<b>294.690</b>			2023		2022		2023		
Receitas financeiras	-	-	12.608	31.036			2023		2022		2023		
Despesas financeiras	(1.537)	(406)	(29.167)	(21.810)			2023		2022		2023		
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(1.537)</b>	<b>12.202</b>	<b>1.869</b>	<b>22.404</b>			2023		2022		2023		
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>149.546</b>	<b>171.386</b>	<b>301.158</b>	<b>317.094</b>			2023		2022		2023		
IRPJ e CSLL correntes	(1.228)	(5.179)	(98.105)	(62.984)			2023		2022		2023		
IRPJ e CSLL diferidos	608	608	6.941	(35.606)			2023		2022		2023		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>148.926</b>	<b>166.816</b>	<b>209.995</b>	<b>218.504</b>			2023		2022		2023		
<b>Atribuível a acionistas:</b>						<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Controladores</b>						<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>							
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		2023		2022		2023		2023		2022		2023	
		2023		2022		2023		2023		2022		2023	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	420.000	37.617	13.050	10.539	330.125	45.907	857.238	172.869	1.030.107	<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	-	-	-	-	-	(1.181)	1.181	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Reversão de lucro sobre operação CPC 06(R2) com parte relacionada	-	-	-	-	(4.450)	-	(4.450)	-	(4.450)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	166.816	166.816	51.688	218.504	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
Constituição de reserva legal	-	8.341	-	-	-	(8.341)	-	-	-	<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>			
Constituição de reserva especial	-	-	11.613	-	-	(11.613)	-	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(38.712)	(38.712)	-	(38.712)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>			
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	(21.986)	-	(21.986)	-	(21.986)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Incentivo fiscal ICMS Desenvolve	-	-	-	4.810	-	(4.810)	-	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	104.521	(104.521)	-	-	-	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Transferência reserva especial	-	-	3.753	-	(3.753)	-	-	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	-	-	-	-	-	-	-	(18.192)	(18.192)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>420.000</b>	<b>45.958</b>	<b>28.416</b>	<b>15.349</b>	<b>404.457</b>	<b>44.726</b>	<b>958.906</b>	<b>206.365</b>	<b>1.165.271</b>	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	-	-	-	-	-	(1.181)	1.181	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Reversão de lucro sobre operação CPC 06(R2) com parte relacionada	-	-	-	-	(5.594)	-	(5.594)	-	(5.594)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	148.926	148.926	61.069	209.995	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Constituição de reserva legal	-	7.446	-	-	-	(7.446)	-	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Constituição de reserva especial	-	-	14.266	-	-	(14.266)	-	-	-	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(35.665)	(35.665)	-	(35.665)	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	(427.754)	-	(427.754)	-	(427.754)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	92.729	(92.729)	-	-	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	-	-	-	-	-	-	-	(149.730)	(149.730)	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>420.000</b>	<b>53.404</b>	<b>42.683</b>	<b>15.349</b>	<b>63.837</b>	<b>43.545</b>	<b>638.818</b>	<b>117.704</b>	<b>756.522</b>	<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>			

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## Indústrias Colombo S.A.

CNPJ nº 45.127.545/0001-00 - NIRE 35.300.576.586

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 08 de maio de 2024, às 10h30, na sede social da **Indústrias Colombo S.A.** ("Companhia"), na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo nº 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na Lista de Presença constante ao fim da presente ata, na forma do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Composição da Mesa:** A presente Assembleia Geral Extraordinária foi presidida por Leonildo Colombo e secretariada por João Luiz Colombo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, a ser realizada pela Companhia ("Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e "Oferta", respectivamente), nos termos do "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **7G Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 40.708.247/0001-81 ("7G"), a **JLC Trust – Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.898.992/0001-01 ("JLC"), a **OD Colombo Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.131.743/0001-88, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social ("OD"), e em conjunto com a 7G e a JLC, os "Avalistas PJ", o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.619.748, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 086.651.278-01, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Pereira Barreto, nº 416, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.462.655-9, inscrito no CPF sob o nº 159.822.468-91, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 885, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. João"), e a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.893.790-4, inscrita no CPF sob o nº 286.965.588-63, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 885, Centro, CEP 15.830-000 ("Sra. Marisa"), e em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas". ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"); (ii) a constituição, pela Companhia, em garantia do fim, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e/ou futuras, assumidas pela Companhia no Termo de Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, da Remuneração (conforme abaixo definido) das Notas Comerciais Escriturais, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), dos demais encargos relativos às Notas Comerciais Escriturais subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos ao Termo de Emissão e aos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido no Termo de Emissão), ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão e dos demais documentos da Emissão, conforme aplicável; (b) quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia no Termo de Emissão e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar as despesas decorrentes da Emissão, e quaisquer outras despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, indenizações e demais encargos contratuais e legais previstos; (c) as obrigações relativas ao Agente de Liquidação (conforme definido no Termo de Emissão), ao Escriturador (conforme definido no Termo de Emissão), à B3 (conforme definida no Termo de Emissão), ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços da Emissão, eventuais honorários do Agente Fiduciário, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais (conforme definido no Termo de Emissão) em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, do Termo de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos); e (d) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Titulares de Notas Comerciais Escriturais venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios) para a execução da Cessão Fiduciária e/ou da Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido no Termo de Emissão), nos termos do Termo de Emissão e dos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas"), de cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária") sobre (I) os Recebíveis de Cobrança Bancária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e (2) da totalidade dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada Recebíveis (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/4816-09 ("Banco Depositário") e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente; (iii) a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, de alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula nº 52.259, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduva, Estado de São Paulo ("Alienação Fiduciária de Imóveis"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia, o Sr. Antônio, a Sra. Maria Aparecida, o Sr. Cláudio, a Sra. Luciana, o Sr. Hygor, a Sra. Marlene, a Sra. Joyce, o Sr. José Oscar, a Sra. Marcyleno, o Sr. Luis Augustinho, a Sra. Sônia, a Sra. Márcia, o Sr. Newton, o Sr. Márcio, o Sr. José, a Sra. Paula, a Sra. Tereza, o Sr. Leonardo, a Sra. Marina, (todos definidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis), o Sr. Luiz, o Sr. João, a Sra. Marisa e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"); (iv) a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, de cessão fiduciária de aplicações financeiras ("Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras") e, em conjunto com a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária de Imóveis, as "Garantias", nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras em Garantia e Outras Avenças" a ser eventualmente celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras") e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, os "Contratos de Garantia"; (v) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos da Emissão, das Garantias e da Oferta, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização da Emissão, das Garantias e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a contratação de instituição intermediária e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta; e (vi) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição da Emissão, das Garantias e realização da Oferta. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, foram examinados e discutidos os itens constantes da ordem do dia e por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, os acionistas deliberaram: (i) aprovar a realização da Emissão, cujos principais termos e condições estão descritos a seguir: (a) Valor Total da Emissão: R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); (b) Número da Emissão: a Emissão representará a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais da Companhia; (c) Séries: a Emissão será realizada em série única; (d) Quantidade: serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Notas Comerciais; (e) Valor Nominal Unitário: as Notas Comerciais terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Destinação dos recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para o pré-pagamento das dívidas representadas pelos seguintes instrumentos: (i) Cédula de Produto Rural Financeira, nº 102023030014800, emitida em 28 de março de 2023 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A.; (ii) Cédula de Crédito à Exportação – BRL nº 3174221, emitida em 23 de dezembro de 2021 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A.; e (iii) Cédula de Crédito à Exportação – BRL nº 3183722, emitida em 21 de janeiro de 2022 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A. ("Operações Pontuais" e "Destinação dos Recursos", respectivamente); (g) Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela prevista no Termo de Emissão de Notas Comerciais ("Data de Emissão"); (h) Procedimento e Regime de Colocação: as Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais, a ser prestada por instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários contratada pela Companhia para atuar na estruturação e coordenação da Oferta, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; (i) Negociação: as Notas Comerciais serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; (j) Prazo e Data de Vencimento: observado o disposto no Termo de Emissão de Notas Comerciais, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de aproximadamente 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em data a ser prevista no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cotações ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular de Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais; (l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: as Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos em B3. Caso qualquer Nota Comercial venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; (m) Atualização Monetária: as Notas Comerciais não terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; (n) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do spread ou sobre taxa equivalente a 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa"), e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"; (o) Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado das Notas Comerciais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais, a Remuneração será paga conforme o cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (p) Amortização do Valor Nominal Unitário: a amortização do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será realizada conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (q) Encargos Moratórios: ocorrendo impropriedade no pagamento pela Companhia de qualquer valor devido nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (1) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (2) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (r) Repactuação Programada: as Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada; (s) Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Notas Comerciais; (t) Amortização Extraordinária: a Companhia poderá realizar amortização extraordinária das Notas Comerciais nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (u) Aquisição Facultativa: observadas as normas aplicáveis, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor, por valor igual, inferior ou superior ao Valor Nominal Unitário; (v) Eventos de Vencimento Antecipado: para todos os efeitos legais, os eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais serão aqueles previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (w) Garantias: as Notas Comerciais contarão com as seguintes garantias: (a) garantia fidejussória na modalidade de Aval, a ser outorgada pelos Avalistas nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (b) Cessão Fiduciária, a ser outorgada pela Companhia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (c) Alienação Fiduciária de Imóveis, a ser outorgada pela Companhia, pelo Sr. Antônio, pela Sra. Maria Aparecida, pelo Sr. Cláudio, pela Sra. Luciana, pelo Sr. Hygor, pela Sra. Marlene, pela Sra. Joyce, pelo Sr. José Oscar, pela Sra. Marcyleno, pelo Sr. Luis Augustinho, pela Sra. Sônia, pela Sra. Márcia, pelo Sr. Newton, pelo Sr. Márcio, pelo Sr. José, pela Sra. Paula, pela Sra. Tereza, pelo Sr. Leonardo, pela Sra. Marina, pelo Sr. Luiz Hermínio, pelo Sr. João, pela Sra. Marisa nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; e (d) conforme o caso, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; e (x) Demais Características da Emissão: as demais características da Emissão serão aquelas especificadas no Termo de Emissão de Notas Comerciais. (ii) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; (iv) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; (v) autorizar os administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, a negociar e definir os termos e condições específicos da Emissão, das Garantias e da Oferta, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização da Emissão, das Garantias e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição da Emissão, das Garantias e realização da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida, achada conforme e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Composição da Mesa: Presidente – Leonildo Colombo; Secretário – João Luiz Colombo. Acionistas presentes: 7G Participações S.A., JLC Trust – Participações S.A., OD Colombo Participações S.A., Pindorama/SP, 07 de maio de 2024. Mesa: Leonildo Colombo, presidente; João Luiz Colombo, secretário. Acionistas: OD Colombo Participações S.A., pp. Marisa Aparecida Colombo Gomes; JLC Trust – Participações S.A., pp. João Luiz Colombo; 7G Participações S.A., pp. Leonildo Colombo. JUCESP nº 213.482/24-1 em 28/05/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## 7G Participações S.A.

CNPJ nº 40.708.247/0001-81 - NIRE 35.300.564.260

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 08/05/2024, às 9h00, na sede social da **7G Participações S.A.** ("Companhia"), na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na Lista de Presença constante ao fim da presente ata, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** A presente Assembleia Geral Extraordinária foi presidida por Luiz Hermínio Colombo e secretariada por Leonildo Colombo Neto. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo nº 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A." a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **JLC Trust – Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.898.992/0001-01 ("JLC"), a **OD Colombo Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.131.743/0001-88 ("OD") e, em conjunto com a Companhia e a JLC, os "Avalistas PJ", o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.619.748, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 086.651.278-01, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Pereira Barreto, nº 416, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.462.655-9, inscrito no CPF sob o nº 159.822.468-91, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Olga Contado Breschi, nº 243, Alto Pindorama, CEP 15.830-000 ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.893.790-4, inscrita no CPF sob o nº 286.965.588-63, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 885, Centro, CEP 15.830-000 ("Sra. Marisa"), e em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas". ("Termo de Emissão de Notas Comerciais") e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e "Oferta", respectivamente; (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, foram examinados e discutidos os itens constantes da ordem do dia e por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a Acionista deliberou: (i) aprovar a outorga, pela Companhia, do Aval em garantia das Obrigações Garantidas, observadas as características das Notas Comerciais descritas no Anexo I ao presente ato; (ii) autorizar os administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, a negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos acionistas e pelos membros da Mesa. Acionistas presentes: Luiz Hermínio Colombo, Leonildo Colombo Neto, Bruno Colombo, Rafaela Santucci Colombo e Juliane Maguetas Colombo Pazzanese. Usufrutuários Presentes: Leonildo Colombo e José Oscar Colombo. Pindorama/SP, 07/05/2024. Mesa: Luiz Hermínio Colombo, Presidente; Leonildo Colombo Neto, Secretário. Acionistas: Luiz Hermínio Colombo, Leonildo Colombo Neto, Bruno Colombo, Rafaela Santucci Colombo e Juliane Maguetas Colombo Pazzanese. Acionistas: Leonildo Colombo e José Oscar Colombo. JUCESP nº 213.354/24-0 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## JLC Trust – Participações S.A.

CNPJ nº 41.898.992/0001-01 - NIRE 35.300.568.397

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 08/05/2024, às 09h30, na sede social da **JLC Trust – Participações S.A.** ("Companhia"), na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Centro, CEP 15.830-000. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na Lista de Presença constante ao fim da presente ata, na forma do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** A presente Assembleia Geral Extraordinária foi presidida por Luiz Augustinho Colombo e secretariada por Rita de Cassia Colombo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo nº 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A." a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **7G Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 40.708.247/0001-81 ("7G"), a **OD Colombo Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.131.743/0001-88 ("OD"), e em conjunto com a 7G e a Companhia, os "Avalistas PJ", o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.619.748, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 086.651.278-01, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Pereira Barreto, nº 416, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.462.655-9, inscrito no CPF sob o nº 159.822.468-91, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Olga Contado Breschi, nº 243, Alto Pindorama, CEP 15.830-000 ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.893.790-4, inscrita no CPF sob o nº 286.965.588-63, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 885, Centro, CEP 15.830-000 ("Sra. Marisa"), e em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas" e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e "Oferta", respectivamente; (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos acionistas e pelos membros da Mesa. Acionistas presentes: Rita de Cassia Colombo, José Cláudio Colombo, Claudio Roberto Colombo, Luiz Augustinho Colombo. Usufrutuário Presente: João Luiz Colombo. Pindorama/SP, 08/05/2024. Mesa: Luiz Augustinho Colombo, Presidente; Rita de Cassia Colombo, Secretária. Acionistas: Rita de Cassia Colombo, José Cláudio Colombo, Claudio Roberto Colombo e Luiz Augustinho Colombo. Usufrutuário Presente: João Luiz Colombo. JUCESP nº 212.889/24-2 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## OD Colombo Participações S.A.

CNPJ nº 41.131.743/0001-88 - NIRE 35.300.565.959

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 08/05/2024, às 10h, na sede social da OD Colombo Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na Lista de Presença constante ao fim da presente ata, na forma do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** A presente Assembleia Geral Extraordinária foi presidida por Marisa Aparecida Colombo Gomes e secretariada por Marlene Aparecida Colombo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo nº 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A." a ser celebrado entre a Devedora, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **7G Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 40.708.247/0001-81 ("7G"), a **JLC Trust - Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 41.898.992/0001-01 ("JLC") e, em conjunto com 7G e a Companhia, os "Avalistas P.J.", o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.619.748, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 086.651.278-01, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Pereira Barreto, nº 416, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.462.655-9, inscrito no CPF sob o nº 159.822.468-91, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Olga Contado Breschi, nº 243, Alto Pindorama, CEP 15.830-000 ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.893.790-4, inscrita no CPF sob o nº 286.965.588-63, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 885, Centro, CEP 15.830-000 ("Sra. Marisa") e, em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas P.F.", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas P.J., serão denominados simplesmente "Avalistas" e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **5. Deliberação:** Dando início aos trabalhos, foram examinados e discutidos os itens constantes da ordem do dia e por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a Acionista deliberou: (i) aprovar a outorga, pela Companhia, do Aval em garantia das Obrigações Garantidas, observadas as características das Notas Comerciais descritas no Anexo I ao presente ato; (ii) autorizar os administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, a negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelas acionistas e pelos membros da Mesa. Acionistas presentes: Marisa Aparecida Colombo Gomes, Maria Aparecida Colombo da Silva, Márcio Colombo Fávero e Hygor Colombo Fávero. Usufrutuária Presente: Marlene Aparecida Colombo. Pindorama/SP, 08/05/2024. **Mesa:** Presidente, Marisa Aparecida Colombo Gomes; Secretária, Marlene Aparecida Colombo. Acionistas: Marisa Aparecida Colombo Gomes, Márcio Colombo Fávero, Maria Aparecida Colombo da Silva e Hygor Colombo Fávero. Usufrutuária Presente: Marlene Aparecida Colombo. JUCESP nº 213.353/24-6 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## PP-BIO Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 09.286.655/0001-42 - NIRE 35.300.349.318

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **PP-BIO Administração de Bem Próprio S.A.**, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.286.655/0001-42, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.349.318 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **17 de junho de 2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-C, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia:** (a) exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) ratificação dos atos praticados pela Companhia, quais sejam (i) efetuar a compra de novos motores para a aeronave da Companhia e demais atos relacionados à aquisição e manutenção de motores da Aeronave, praticados até a presente data, (ii) a dação em pagamento dos motores existentes para adimplemento de parte do preço de aquisição dos novos motores; (iii) as demais obrigações e compromissos assumidos pela Companhia, relacionados à operação de aquisição, manutenção e substituição de motores para a Aeronave da Companhia; e (iv) realizar nova Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar o aumento do aumento do capital social, mediante aporte de recursos pelos Acionistas. (06, 07 e 08/06/2024)

## Esferatur Passagens e Turismo S.A.

CNPJ/MF nº 76.530.260/0001-30 - NIRE 35.300.463.889

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** No dia 03 de maio de 2024, às 9:00 horas, na sede da **Esferatur Passagens e Turismo S.A.** ("Companhia"), na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 6º, § 5º, do Estatuto Social e do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas no jornal Data Mercantil, em 28 de março de 2024, na página 05, de forma resumida, na versão impressa e na página 45, na versão digital, bem como se encontram arquivadas na sede da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabio Martinelli Godinho e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** A única acionista, representando a totalidade do capital social, tomou as seguintes deliberações: **5.1.** Realizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.3.** Consignar que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou prejuízo no valor de R\$ 21.447.360,77 (vinte e um milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), o qual deverá ser destinado a conta de prejuízos acumulados, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos. **5.4.** Consignar a renúncia do Sr. **José Carlos Wollenweber Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG nº 24.469.620-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 263.420.548-19, ao cargo de Diretor Financeiro. **5.5.** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição da Diretoria da Companhia e eleger os seus seguintes membros para compô-la, todos com um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que examinará as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: (i) **Fabio Martinelli Godinho**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, para o cargo de Diretor Financeiro; e (iii) **Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32182201-2, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 297.231.228-71, para o cargo de Diretora sem designação específica, todos com endereço profissional na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400. Consigna-se que os Diretores ora eleitos tomam posse do cargo na presente data, mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo declarado, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que (i) não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (ii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, e nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das S.A.; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e (iv) total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC, e na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social da Companhia. **5.6.** Em razão da eleição acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: (i) **Diretor Presidente - Fabio Martinelli Godinho**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400; (ii) **Diretor Financeiro - Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400; e (iii) **Diretora Sem Designação Específica - Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32182201-2, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 297.231.228-71, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400. **5.7.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme consta do Anexo I à presente ata. **5.8.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, aprovada pela sócia única da Companhia, foi assinada pelos respectivos representantes. Santo André/SP, 03 de maio de 2024. **Mesa:** Fabio Martinelli Godinho - Presidente; Jéssica Soliguetti Vicente - Secretária. **Acionista Presente:** CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.982/24-5 em 03/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 - NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 23 de maio de 2024

**1. Data, Hora e Local:** No 23º dia de maio de 2024, às 9h, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, parágrafo 3º, do Estatuto Social Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia, conforme art. 12, § 3º, do Estatuto Social da Companhia. **3.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabio Martinelli Godinho e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, ratificar a realização, pela Companhia, do seguinte aumento de capital em favor da **Trend Travel LLC:** i. Em 20 de março de 2024, aporte de capital no valor de R\$ 499.560,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta reais); ii. Em 01 de abril de 2024, aporte de capital no valor de R\$ 517.100,00 (quinhentos e dezessete mil, cento e oitenta reais); iii. Em 15 de abril de 2024, aporte de capital no valor de R\$ 1.008.501,00 (um milhão, oito mil e quinhentos e um reais). **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André/SP, 23 de maio de 2024. Jéssica Soliguetti Vicente - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 212.757/24-6 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## AJMR Holding S/A

(em constituição)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 21 de maio de 2024**

**1. Local, Data e Horário:** 21 de maio do ano de 2024, às 9h0m, na sede da Companhia, em São Paulo, Estado de São Paulo, na sede social localizada à Rua Augusta, nº 2365, 1º andar, bairro Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01413-000. **2. Composição da Mesa:** como Presidente, o Sr. Marcio Matos Falcão Ferreira e, como secretário o Sr. João Messias Andrade Reis Cruz. **3. Presença:** (i) **Augúrio – Construções e Terraplanagem S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.373.867/0001-46, sediada na ROD BA 528, nº 27, Vila Derba, Valéria, Salvador – Bahia, CEP: 41.305-330, neste ato representada na forma seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **Cristovam de Souza Oliveira**, brasileiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 121.413.645-15, portador da Cédula de Identidade nº 01.078.143-90 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Morro do Escravo Miguel, nº 160, apto. 302, Ondina, Salvador/BA, CEP: 40170-000; (ii) **João Messias Andrade Reis Cruz**, brasileiro, natural de Jacobina-Bahia, casado em regime parcial de bens, nascido em 02/02/1979, Economista, portador do RG nº 637283546 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 933.167.635-20, residente e domiciliado na Rua 8 de dezembro, nº 468, Edifício Gil M. Bahia, apt. 1301, Graca, Salvador/BA, CEP: 40150-000; (iii) **Marcio Matos Falcão Ferreira**, brasileiro, natural da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, casado em regime de separação total, nascido em 03/08/1980, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 967.376.545-68, portador do RG nº 699321158 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Le Parc, 124, apt. 1402, Patamares, Salvador, Estado da Bahia, CEP: 41680-100 e; (iv) **Ricardo Bonfim Vasconcelos**, brasileiro, natural de Salvador, Estado da Bahia, casado em regime parcial de bens, nascido em 24/06/1968, Contador, portador do RG 335436820 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 440.153.305-44, residente e domiciliado na Avenida Senador Quintino, 2771, Brasília, Feira de Santana, Bahia, CEP: 44089-006. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de “AJMR Holding S/A”; (ii) aprovação do Boletim de Subscrição e do Estatuto Social da Sociedade; (iii) eleição da Diretoria e estabelecimento da remuneração global máxima; e, (iv) outros assuntos de interesse social. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por deliberação unânime: Aprovou a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de “AJMR Holding S/A”, cujo objeto social será administração de bens próprios e participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica. A Companhia terá o capital social de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), representado por 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme se verifica no Boletim de Subscrição respectivo. **5.1.** Aprovou o Boletim de Subscrição da totalidade do capital social, o qual fica fazendo parte integrante desta Ata como “ANEXO II”, bem como aprovou a minuta do Estatuto Social da Companhia constituída, o qual fica fazendo parte integrante desta Ata como “ANEXO III”. **5.2.** Aprovou a eleição dos membros da Diretoria da AJMR Holding S/A, com mandato de 3 (três) anos, a contar desta data, tendo sido eleitos, por unanimidade: (i) o Sr. **Marcio Matos Falcão Ferreira**, brasileiro, natural da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, casado em regime de separação total, nascido em 03/08/1980, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 967.376.545-68, portador do RG nº 699321158 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Le Parc, 124, apt. 1402, Patamares, Salvador, Estado da Bahia, CEP: 41680-100, no cargo de **Diretor Presidente**, e (ii) o Sr. **Ricardo Bonfim Vasconcelos**, brasileiro, natural de Salvador, Estado da Bahia, casado em regime parcial de bens, nascido em 24/06/1968, Contador, portador do RG nº 335436820 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 440.153.305-44, residente e domiciliado na Avenida Senador Quintino, 2771, Brasília, Feira de Santana, Estado da Bahia, CEP: 41260-005, no cargo de **Diretor Vice-Presidente**, sendo a remuneração máxima global da Diretoria para o exercício fixada na ordem de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Os Diretores eleitos, após declararem, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento legal para o exercício da administração da Sociedade, firmaram o termo de posse respectivo (“ANEXO III”). **6. Encerramento:** Nada mais havendo tratar, o Presidente declarou definitivamente constituída a sociedade AJMR Holding S/A. Assim, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscriverem: **Marcio Matos Falcão Ferreira** – Presidente/Acionista; RG: 699321158 SSP/BA CPF/MF: 967.376.545-68. **João Messias Andrade Reis Cruz** – Secretário/Acionista; RG: 637283546 SSP/BA – CPF/MF: 933.167.635-20. **Ricardo Bonfim Vasconcelos** – Acionista; RG: 335436820 SSP/BA, CPF/MF: 440.153.305-44. **Augúrio Const. e Terraplanagem S.A.** – Acionista CNPJ/MF: 10.373.867/0001-46, (representada por **Cristovam de Souza Oliveira**). **Advogado: Marcos de Oliveira Lima – OAB/BA: 17255. Estatuto Social da AJMR Holding S.A. Capítulo Primeiro: Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de AJMR Holding S/A e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, 2365, 1º andar, Cerqueira Cesar, CEP: 01413-000, podendo, após deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo Segundo: Capital Social – Ações: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), representado por 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma. Integralizado em moeda corrente o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais e integralizado de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente, num prazo de até cinco anos. **§ 1º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 2º.** As ações são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais acionistas, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração no livro pertinente. **§ 3º.** Retirando, falecendo ou interditado qualquer acionista, a Companhia continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, representado por seu curador. Não sendo possível ou inexistindo o interesse destes ou dos acionistas remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Companhia, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. **§ 4º.** O mesmo procedimento mencionado no Parágrafo Terceiro acima será adotado em outros casos em que a Companhia se resolve em relação a seu acionista. **Capítulo Terceiro – Assembleia Geral: Artigo 6º.** A Assembleia Geral, órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sua sede social: I – Ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, sem prejuízo das disposições legais, para: (a) deliberar sobre as contas, demonstrações financeiras do exercício findo e relatório apresentados pelos administradores, além do relatório e Parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os administradores e fixar suas respectivas remunerações; e, (d) eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. II – Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal, quando houver, sendo escolhido o presidente pelos acionistas presentes. **§ 1º.** O Presidente da Assembleia designará um dos acionistas presentes para atuar como Secretário. **§ 2º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias. **Artigo 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, desde que o instrumento de procuração seja depositado na sede social da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a primeira convocação da Assembleia Geral. **Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral são tomadas pela maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco, observadas as prescrições legais aplicadas a casos específicos. **Artigo 10º** – As Atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo primeiro do art. 130 da Lei

6.404/1976. **Capítulo Quarto – Administração: Artigo 11** – A administração da Companhia compete à diretoria, que será composta por 02 (dois) diretores, sendo 01 Diretor Presidente e 01 Vice-Presidente, os quais serão eleitos, pelos acionistas, em Assembleia Geral, para mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição sucessiva. I – Sem prejuízo dos atos regulares de gestão e das disposições legais, ao Diretor Presidente compete: (a) coordenar e orientar as atividades da Diretoria, presidindo suas reuniões e proferindo o voto de qualidade quando necessário; (b) elaborar e gerenciar, em conjunto com o Vice-Presidente, o organograma de funções da Companhia; (c) gerenciar o faturamento da Companhia e estabelecer diretrizes para a sua estrutura financeira; (d) elaborar, em conjunto com o Vice-Presidente, o relatório anual de atividades, a proposta de distribuição de dividendos e a aplicação do excedente, bem como decidir sobre as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e aprovação da Assembleia Geral; e, (e) celebrar contratos, convênios ou acordos, empréstimos e financiamentos, que dependam, ou não, de prestação de garantias reais, e cujos valores, por operação, não ultrapassem R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo obter aprovação da Assembleia Geral se os valores envolvidos em determinada operação excederem o montante fixado, observado, em tal situação, o quórum estabelecido no § 6º deste Artigo 11. II – Sem prejuízo dos atos regulares de gestão e das disposições legais, ao Diretor Vice-Presidente compete: (a) auxiliar e/ou substituir o Diretor Presidente, praticando todos os atos que lhe são privativos, conforme relação constante do inciso I acima; (b) elaborar e gerenciar, em conjunto com o Presidente, o organograma de funções da Companhia; (c) elaborar, em conjunto com o Presidente, o relatório anual de atividades, a proposta de distribuição de dividendos e a aplicação do excedente, bem como decidir sobre as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e aprovação da Assembleia Geral; e, (d) definir e gerenciar a estrutura financeira da Companhia, observadas as diretrizes definidas pelo Diretor Presidente. **§ 1º.** Os Diretores serão investidos no cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **§ 2º.** O prazo de mandato de Diretor estender-se-á à investidura do novo Diretor eleito. **§ 3º.** A Companhia será representada ativa e passivamente em juízo ou fora dele, pelos Diretores, que assinarão, em conjunto ou isoladamente, com poderes para, respeitado o Estatuto Social, praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, bem como para: (a) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos, observado o limite máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais); (b) representar a Companhia junto a repartições e órgãos públicos dos governos federal, estadual e municipal, inclusive suas autarquias; (c) sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza; (d) assinar contratos, observado o limite máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais); e (e) constituir procuradores em nome da Companhia. **§ 4º.** A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por 01 (um) procurador legalmente constituído, cujo instrumento do mandato poderá ser assinado por apenas um dos Diretores, observando-se, ainda, o quanto disposto no Artigo 14 deste Estatuto. **§ 5º.** Os contratos bancários, a exemplo daqueles que, mas não se limitando a, envolvam a abertura de crédito, empréstimos, financiamentos, venda de ativos etc., dependem da aprovação da maioria absoluta dos sócios, independentemente do valor envolvido na operação. **§ 6º.** Para as demais operações não relacionadas no § 5º acima, caso o valor ultrapasse o limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), deverá ser obtida a prévia autorização da maioria absoluta dos sócios. **Artigo 12** – Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos Diretores e do Conselho Fiscal, quando instalado, estabelecendo-a de forma individual para cada membro. **Parágrafo único** – A Assembleia Geral poderá atribuir participação nos lucros sociais aos Diretores. **Artigo 13** – Em caso de vacância do cargo de Diretor, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleição do substituto, acumulando-se sobre os demais diretores as funções do cargo vago até que ser eleito novo diretor. **Artigo 14** – As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar expressamente os poderes conferidos, vedar o subestabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, ou até o dia 30 de abril do ano seguinte aquele em que a mesma for outorgada, o que ocorrer primeiro. **Parágrafo único.** As restrições previstas no caput do artigo acima não se aplicam quando se tratar de outorga de mandato judicial ou a advogados para defesa dos interesses da Companhia em processos administrativos, os quais não terão prazo de validade e poderão não vedar o subestabelecimento. **Artigo 15** – É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia: (a) a prática de atos de liberalidade em nome da companhia; e, (b) a prestação de caução, avais ou fianças, responsabilidades técnicas e outras garantias a terceiros. **Parágrafo único** – A Companhia não será responsabilizada por atos do Diretor ou de Procurador, quando não forem respeitados os limites impostos pela lei e pelo Estatuto Social. **Artigo 16** – É imprescindível a aprovação pela assembleia Geral para a prática dos seguintes atos: (a) a venda, hipoteca ou qualquer forma de alienação, gravame ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia; (b) a outorga de empréstimos e garantias de qualquer valor em favor de terceiros; (c) requerimento de falência ou recuperação judicial da Companhia; e, (d) operações mencionadas no Artigo 11, §§ 5º e 6º deste Estatuto. **Capítulo Quinto – Do Conselho Fiscal: Artigo 17** – A Companhia poderá eleger um Conselho Fiscal integrado por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, ao qual competirá as atribuições previstas em lei. **§ 1º** O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas, nos termos do art. 161 da Lei 6.404/1976. **§ 2º** O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **§ 3º** A Assembleia Geral que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração. **§ 4º** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação. **§ 5º** O Conselho Fiscal delibera pela maioria dos seus membros e as deliberações são transcritas em ata lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões e Pareceres do Conselho Fiscal. **Capítulo Sexto – Do Exercício Social – dos Lucros e S.A. Distribuição: Artigo 18** – O exercício social da Companhia inicia-se em 01º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo primeiro.** Ao fim de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, que serão publicadas na forma da Lei. **Artigo 19** – Dos resultados da Companhia serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados, as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro e as participações nos lucros eventualmente concedidas aos empregados, e do lucro remanescente: (a) 5% (cinco por cento) serão destinados a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório nos termos da Lei; e, (c) o saldo será distribuído conforme dispuser a Assembleia Geral Ordinária. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao mínimo obrigatório ou a retenção de todo lucro, conforme orçamento de capital aprovado e arquivado na sede social. **Artigo 20** – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que for declarado e sempre dentro do exercício social. **Capítulo Sétimo – Liquidação: Artigo 21** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **§ 1º** Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante. **§ 2º** Após a liquidação, havendo saldo positivo, o patrimônio líquido deverá ser dividido entre os acionistas, proporcionalmente às suas ações. **Encerramento e aprovação:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, tendo sido lavrada, aprovada e assinada a presente ata por todos os presentes. São Paulo/SP, 21 de maio de 2024. **Marcio Matos Falcão Ferreira**, CPF/MF: 967.376.545-68; **João Messias Andrade Reis Cruz**, CPF/MF: 933.167.635-20; **Ricardo Bonfim Vasconcelos**, CPF/MF: 440.153.305-44. **Augúrio Const. e Terraplanagem S.A. CNPJ/MF: 10.373.867/0001-46, (representada por Cristovam de Souza Oliveira). Advogado: Marcos de Oliveira Lima – OAB/BA: 17255.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.639.308 em 04/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

